

# *Revista da Graduação*

---

Vol. 4

No. 1

2011

8

---

**Seção: FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Título: Formação e prática docente na Educação  
Infantil: da escolha profissional à práxis  
reflexiva em diferentes contextos educacionais

Autor: Juliana Azevedo Gomes

Este trabalho está publicado na Revista da Graduação.

ISSN 1983-1374

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/8566/6073>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

JULIANA AZEVEDO GOMES

**A FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DA ESCOLHA  
PROFISSIONAL À PRÁXIS REFLEXIVA EM DIFERENTES CONTEXTOS  
EDUCACIONAIS**

Porto Alegre

2010

JULIANA AZEVEDO GOMES

**A FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DA ESCOLHA  
PROFISSIONAL À PRÁXIS REFLEXIVA EM DIFERENTES CONTEXTOS  
EDUCACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Anos Iniciais e Educação Infantil, pelo Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr. Cecília Luiza Broilo**

Porto Alegre

2010

## **AGRADEÇO**

Aos meus pais, por todos os esforços empregados na minha educação, pelo apoio incondicional a todas as minhas escolhas, e pelo grande amor concedido a mim.

Ao meu irmão, que desde sempre, me incentivou a estudar Pedagogia, em função do interesse que sempre tive por esta profissão;

À Professora Cecília Broilo, pelo intenso e constante apoio na construção deste trabalho, e por desmistificar minha insegurança com relação à pesquisa e a carreira acadêmica.

Às minhas colegas Renata, Carolina Silveira, Kim, Sílvia e Carolina Christofoli, pelo companheirismo, e amizade mútua nos momentos bons e ruins, vividos nesta etapa.

À minha sogra Solange, pelos enriquecedores diálogos a respeito de educação, que muito contribuíram na elaboração deste trabalho e pelo carinho de sempre.

Em especial ao meu marido Abel, por compartilhar seus sonhos comigo e ajudar-me a realizar os meus.

*"O importante da educação não é  
apenas formar um mercado de  
trabalho, mas formar uma nação, com  
gente capaz de pensar. "*

*(José Arthur Giannotti)*

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a trajetória da infância, da Educação Infantil e da profissão docente, e como se configura a realidade deste profissional hoje. Ao refletir sobre a historicidade da visão de infância, é possível compreender como e por quais motivos se inicia a escolarização infantil com enfoque institucional. Além da preocupação em desvelar o significado sócio-histórico de criança, há o interesse em analisar o surgimento da profissão docente voltada a esta área de ensino, e como se formam e atuam os profissionais de Educação Infantil. Utilizando a revisão bibliográfica e pesquisa através de questionários, é possível estreitar a teoria com a prática e verificar quais fatores influem na formação e prática do profissional em atividade, a fim de fazer uma análise crítica-reflexiva sobre a profissão.

**Palavras-chave:** Infância. Educação Infantil. Formação Docente.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>PRIMEIRO CAPÍTULO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. A MINHA FORMAÇÃO ENQUANTO TRAJETÓRIA PROFISSIONAL .....</b>	<b>9</b>
<b>SEGUNDO CAPÍTULO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. A EDUCACAO INFANTIL E O CONTEXTO HISTORICO .....</b>	<b>12</b>
2.1. A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BREVE HISTÓRICO .....	12
2.2. A FORMACAO E A PRATICA DO DOCENTE DA EDUCACAO INFANTIL .....	17
<b>2.2.1. A Educação Infantil: um olhar sobre a legislação brasileira .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2.2. A escolha pela Educação Infantil: habilidades e competências necessárias ao professor de educação infantil.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2.3. A formação universitária: relação entre teoria e prática.....</b>	<b>23</b>
2.3. EDUCACAO INFANTIL E O MAL ESTAR DOCENTE .....	27
2.4. PROJEÇÕES PARA O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL .....	31
<b>TERCEIRO CAPITULO .....</b>	<b>35</b>
3.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	35
3.2. A COLETA DE DADOS .....	37
3.3. ANÁLISE DOS DADOS: DEPOIMENTOS .....	42
3.4. ANÁLISE DOS DADOS: GRÁFICOS .....	45
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

Ao chegar ao final do Curso de Pedagogia deparei-me com a difícil tarefa de produzir um texto que reúna todos os estudos e saberes desenvolvidos até então. Dirigi-me para a área da Educação Infantil, após realizar meu estágio curricular, que me incitou muitos questionamentos acerca deste tema, especialmente sobre o docente que atua nesta área.

A escolha justifica-se, primeiramente, pela paixão por este nível de ensino que adquiri durante o estágio, pela admiração que aprendi a ter pelos profissionais dessa classe, pelo interesse em conhecer como se dá esta escolha profissional, os temores e perspectivas para o trabalho com crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Este trabalho visa a apresentar um estudo sobre a formação e a prática docente do profissional que atua na Educação Infantil. Ao refletir sobre a temática, defini os seguintes **objetivos**: (I) *Traçar um panorama sócio-histórico com relação à criança e a educação infantil*; (II) *Relatar o aparecimento e consolidação do papel do professor de Educação Infantil, suas especificidades, temores, e perspectivas frente à nova sociedade, que exige um novo perfil profissional*; (III) *Realizar uma análise dos cursos de formação de educadores*; (IV) *Compreender o que é mal-estar docente e de que forma influi na atuação profissional*; (V) *Avaliar a realidade formativa e profissional dos educadores infantis em seus diferentes contextos*.

Para contemplar os objetivos, foi necessário pesquisar sobre a historicidade da infância e da educação, a fim de compreender de que forma originaram-se e constituíram-se as primeiras instituições voltadas à educação; como surgiu e regulamentou-se a profissão professor, voltada à educação de crianças de zero a seis anos, consolidada hoje, como Educação Infantil.

Para tal, organizei este trabalho em capítulos, no intuito de organizar as ideias, desde minha escolha profissional até as perspectivas dos professores de Educação Infantil, que já estão no mercado de trabalho.

No **primeiro capítulo** relato minha trajetória acadêmica e profissional. Como cheguei ao curso de Pedagogia, de que forma conduzi minha formação docente, quando me encantei com a educação infantil e por que perdi o preconceito que tinha com esta área, tornando-me uma defensora, não só deste nível de ensino, mas também do profissional que nele atua.



No **segundo capítulo**, contextualizo historicamente o conceito de infância através dos tempos. Para isto, apoiei-me nas pesquisas de Rizzo (2003), Oliveira (2002) e Kramer (1992), a fim de estabelecer uma linha cronológica de entendimento sobre a infância e o surgimento de instituições voltadas às crianças. Utilizei-me também dos estudos de Didonet (2001) para compreender esta temática particularmente no Brasil.

Além disso, abordo a evolução da legislação de nosso país nesta área, desde o Brasil Império até os dias de hoje. Como aporte teórico, pesquisei a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases, entre outras leis promulgadas em prol das crianças e da educação. No próximo item, falo a questão da escolha por parte do profissional por esta área.

No item intitulado como *A Formação Universitária: relato entre teoria e prática*, descrevo como os cursos de formação iniciaram suas atividades em nosso país, quais foram as principais modificações ocorridas, e como esses profissionais estão se formando hoje. Para exibir tal relato, pesquisei documentos como o PNE (Plano Nacional de Educação). No terceiro item, abordo o mal-estar docente. Por que educadores que, em sua maioria, escolheram sua profissão e têm prazer em realizá-la, cada vez mais sofrem os efeitos negativos de sua prática, transformando o trabalho em um pesado fardo, que dia a dia os desmotiva e os faz adoecer? Para discorrer sobre o tema, revi as idéias de Jesus (2007), Esteve (1995) e também Mosquera (1978).

No último item deste capítulo, discorro sobre algumas projeções: os fatores que influenciam no sucesso ou insucesso profissional, a forma como o governo e ou gestores privados podem melhorar o campo de trabalho, e as mudanças já ocorridas no quesito financeiro. Como suporte teórico, citei as pesquisas de Freire (1996) e Imbérnon (2000).

No **terceiro capítulo**, explicito a metodologia enquanto abordagem qualitativa. Realizo uma pesquisa com uma pequena amostra de professores das redes pública e privada, com o objetivo de analisar e traçar um panorama da realidade dos profissionais.

Nas considerações finais destaco que ao compreender a historicidade da Educação Infantil e da formação docente, foi possível estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, através da pesquisa bibliográfica e dos questionários. A partir dos dados coletados, faço uma análise a respeito da realidade do profissional de

Educação Infantil, imprimo minhas opiniões a respeito e inicio minha jornada de estudos acerca deste tema, que tanto me instiga.

## **PRIMEIRO CAPÍTULO**

### **1. A MINHA FORMAÇÃO ENQUANTO TRAJETÓRIA PROFISSIONAL**

Ser professora. Esta idéia sempre pairou os meus pensamentos desde muito cedo e durante todo o ensino fundamental e médio. Na hora de decidir para qual caminho seguir, eu sabia exatamente para onde ir. Mas, gostava também de outras áreas. Sempre admirei o trabalho do meu pai como gerente de banco. Gostava de brincar de escritório, mas em contrapartida, também adorava o trabalho da minha mãe, como professora de Português.

Em virtude da dúvida, lá fui prestar vestibular para Comércio Exterior. Ramo promissor, todos me diziam Eu também acreditava. Logo consegui emprego, tudo estava dando certo. Exceto pelo fato da desconfortável sensação que não era bem aquilo. Talvez pudesse fazer outro curso. Mas qual? Eu não tinha dúvidas. Era como se o desejo latente de trabalhar com crianças estivesse pouco a pouco, tornando-se incontrolável. Gostava do meu trabalho, mas, sempre tinha em mente que não gostaria de realizá-lo pelo resto da vida. Este sentimento de desconforto de não estar na profissão certa, produzia em mim uma sensação de desajustamento profissional.

Prado Filho (1992) caracteriza o desajustamento profissional como um fator 'epidêmico' no universo produtivo atual. Este desajustamento refere-se tanto às próprias dificuldades econômicas, sociais e administrativas quanto à sobreposição destas dificuldades em relação ao desenvolvimento vocacional individual.

Então vim trabalhar na PUCRS e a proximidade com os diferentes cursos oferecidos oportunizou-me contato com a Pedagogia. Na verdade, a dúvida era entre o curso de Letras e o curso de Pedagogia. Sempre fui amante de línguas, e o curso Português e Inglês me chamou a atenção. Mas, ao refletir sobre essa mudança tão impactante na minha vida, pensei que não importava exatamente o que eu iria ensinar, desde que fosse às crianças. Se o foco é o público e não a área do conhecimento, qual era a minha dúvida? Pedagogia, a escolha estava feita. Esse seria meu caminho.

Sempre ouvira dizer que pedagogia era um curso fácil, mas quando as aulas começaram, percebi de imediato que manter minha antiga rotina de estudos, não seria possível. Além disso, a maioria das colegas já trabalhavam na área e

frequentemente traziam contribuições de sua experiência docente para a aula. Eu não possuía essa vivência, tampouco conseguia estabelecer relações entre a teoria e a prática. Tenho quase dez anos de experiência na área administrativa e financeira, e no meu antigo curso sempre estava pronta a participar, dar exemplos, relacionar meu trabalho com as aulas. Agora não era mais possível. Como não podia trabalhar na área no momento, a solução era só uma no momento. Estudar e estudar.

Gostava de quase todas as disciplinas. Porém, se pudesse escolher apenas uma titulação, seria Anos Iniciais. Nunca me interessei por Educação Infantil. Sempre pensei serem muito pequenos, dependentes, e que seria uma espécie de desperdício estudar quatro anos para trabalhar com essa faixa etária. Sabia que as chamadas “escolinhas” remuneram mal e ainda possuem grande quantidade de professoras com magistério apenas, responsáveis pelas turmas. Quando tínhamos nas disciplinas, conteúdos, trabalhos e oficinas voltadas à educação infantil, ficava desmotivada. Repeti inúmeras vezes às minhas colegas, que gostaria de aprender a ministrar uma aula. De verdade. Como se na educação infantil, não déssemos aula. Esse preconceito caiu por terra durante meu estágio final de curso, mas até chegar lá, ele me acompanhou.

Cheguei no primeiro dia na Escola, dezesseis rostinhos me analisando avidamente, perguntando quem eu era, de onde vinha, o que faria com eles. E então, a bem sucedida estagiária com os adolescentes e adultos percebeu que deveria ter ao menos pesquisado um pouco sobre a faixa etária dos alunos, no meu caso, quatro anos recém feitos no jardim A e cinco anos no jardim B. Como não tenho contato com crianças, pois na minha família já são todos adultos, não sabia nem por onde começar. É ilusão pensar que os conteúdos conceituais serão trabalhados como planejamos.

Especialmente nas minhas duas turmas, encontrei alunos espertos, desenvoltos, afetivos e alegres. Foi amor à segunda vista. Digo à segunda, porque à primeira vista não senti amor. Senti medo. A fragilidade que traziam consigo acompanhada da espontaneidade, fez com que me sentisse insegura e incapaz. Eu não sabia que professor de jardim também acompanhava refeições e tudo mais que acontecia durante o dia, e ao final dele, registrava na agenda aos pais, acompanhava-os ao pátio, meu momento de maior tensão, pois eles não têm medo

de nada, e eu imaginava a todo o momento se um deles caísse... Eram muitas as funções para as quais não havia bibliografia.

Foram tantos os sucessos neste trabalho, e tantas as recompensas por parte deles, que no meio do estágio já havia mudado de idéia. Não é com adultos que quero trabalhar não. É com crianças. Sempre gostei delas, mas não pensei ser capaz de desenvolver qualquer trabalho cognitivo e, além disso, beneficiar-me desta relação tão afetuosa, que encheram meus dias de alegria. Sentia que não estava trabalhando, e sim me distraindo.

A partir desta experiência tão especial, fiz minha escolha profissional e passei a despender mais tempo com estudos sobre este tema.

## SEGUNDO CAPITULO

### 2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E O CONTEXTO HISTÓRICO

Ao pensarmos no termo Educação Infantil, logo nos remetemos a elas: as crianças. De adultos em miniatura até o rótulo cidadãos do amanhã, as crianças sempre estiveram à mercê de diferentes planos e expectativas dos adultos, considerando o contexto sócio-econômico-temporal que estão vivenciando.

#### 2.1. A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BREVE HISTÓRICO

Na Antiguidade, a criança era considerada fruto de um pecado, devendo ser severamente corrigida e punida, para crescer e adequar-se aos padrões da sociedade. Neste período não havia ainda estudos sobre educação enquanto ciência.

Rizzo (2003, p.22) em seus estudos afirma que “nessa época a pedagogia era apenas um ramo da teologia, que indicava a *doutrinação* como meio de tornar boa a criança.” (grifo do autor). A partir dessa linha, é possível perceber a falta de preocupação com relação ao cuidado e educação da criança, onde esta resumia-se em cuidados físicos e ações corretivas no intuito de condicionar a criança a comportar-se no mundo adulto.

Com relação à realidade da época, continuo citando as palavras de Rizzo (2003, p.22): “A sua doutrinação, como rezava a santa Igreja, era dever dos pais e da família, e isso era tudo que importava saber a respeito do que fazer com as crianças e como lidar com elas, durante todo período da Antiguidade”.

Na Europa da Idade Média, a criança era considerada um pequeno adulto, tendo sua infância reconhecida somente pelo tamanho físico. Era tratada pela sociedade como um ser humano deficitário, que deveria crescer rápido para tornar-se adulto e poder trabalhar, assim como os demais membros da família. Os rejeitados pelas famílias eram abandonados na roda dos expostos ou enjeitados.

De acordo com Oliveira (2002), o processo histórico referente à creche tem sido visto:

(...) como refúgio assistencial para a população infantil desprovida de cuidados domésticos. Ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação

das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe de e outras mulheres. Logo após o desmame, a criança pequena era vista como pequeno adulto e, quando atravessava o período de dependência de outros para ter atendido suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas, em que aprendia o básico para sua integração no meio social (p. 32).

Podemos compreender que a creche neste caso, possuía um caráter substitutivo, pois supriria as necessidades básicas da criança, cujas famílias menos favorecidas não tinham condições de atender. As crianças de melhor condição financeira estavam sujeitas à outra visão por parte da sociedade; porém, mesmo não estando fadadas a crescer rapidamente para poder ceder sua força de trabalho em prol de sua família, suas especificidades ainda não eram consideradas, de acordo com Oliveira (2002):

Nas classes sociais mais privilegiadas, as crianças eram geralmente vistas como objeto divino, misterioso, cuja transformação em adulto também se fazia pela direta imersão no ambiente doméstico. Nesses casos, papais superficiais eram reservados à criança, mas sem considerar a existência de uma identidade pessoal. (p. 32)

Com a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII e a consequente mudança para o modo de produção fabril, onde a mão de obra masculina estava mais escassa em função das guerras, as mulheres também passaram a trabalhar fora de casa. Oliveira (2002) destaca que em função da Revolução Industrial na Europa, a sociedade quase que totalmente agrária vai aos poucos, transformando-se em manufatureira. Essa alteração na estrutura sócio-econômica trouxe profundas consequências à sociedade, que passou a conviver com maior índice de pobreza e uma alta taxa de mortalidade infantil. A partir desse cenário, foram sendo criadas instituições formais de atendimento à criança, no intuito de minimizar o problema da mortalidade e também de atender os filhos dos funcionários das fábricas, que solicitavam também mão de obra feminina, o que incentivou a implementação desses locais institucionalizados.

Enquanto as creches não eram amplamente divulgadas e consolidadas como um local seguro e benéfico aos filhos das funcionárias, as mulheres que não trabalhavam oferecia-se para cuidar dos filhos das operárias, a fim de suprir as carências maternas. Eram chamadas mães mercenárias. Com a ampliação das indústrias e a crescente oferta de trabalho, foi necessária a criação de estabelecimentos mais formais.

De acordo com Rizzo (2003), “essas mães vendiam seu trabalho de abrigo das crianças, em lugar de saírem elas próprias, para o trabalho das fábricas”. (p.31). Apesar do papel da mulher estar intimamente vinculado ao cuidado materno, esta forma de organização não teve sucesso. Ainda, de acordo com o autor “criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus-tratos às crianças, reunidas, em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher”. (p.31).

O resultado desta forma de organização foi a crescente violência contra as crianças, para deixá-las mais calmas e comportadas e o consequente aumento da mortalidade infantil. Estava claro que a visão com relação à criança deveria ser modificada, mas por ora, as alterações na estrutura organizacional eram urgentes e necessárias.

Aos poucos, as instituições foram organizando-se em função das mudanças sócio-culturais, de forma a atender crianças financeiramente favorecidas em níveis mais pedagógicos, e outras a atender crianças pobres, com objetivos assistencialistas e compensatórios.

Kramer (1992) em seus estudos relata que a educação pré-escolar:

Começou a ser reconhecida como necessária tanto na Europa quanto nos Estados Unidos durante a depressão de 30. Seu principal objetivo era o de garantir emprego a professores, enfermeiros e outros profissionais e, simultaneamente, fornecer nutrição, proteção e um ambiente saudável e emocionalmente estável para crianças carentes de dois a cinco anos de idade. (p. 26)

Além da criação de instituições, é necessário destacar o desenvolvimento no conceito de infância que, aos poucos, foi sendo vista como uma fase importante da vida, com necessidades específicas que deveriam ser valorizadas. Kramer (1987), ratifica este parágrafo dizendo que “Esse conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade”. (p.19)

Já no século XIX, o atendimento às crianças era feito basicamente por creches e Jardins de Infância (Kindergarten), criado por Froebel em 1840, na Alemanha, influenciado por ideias liberalistas e nacionalistas. Froebel acreditava que as crianças eram pequenas sementes, que, se adubadas e expostas a um clima favorável, desabrochariam e teriam condições de aprender. O grande diferencial entre as casas assistenciais e os jardins de infância era o enfoque pedagógico que o Kindergarten possuía. Seu enfoque na liberdade da criança foi considerado



ameaçador pelo governo alemão, que fechou todos os jardins por volta do ano 1851. Apesar disso, as idéias de Frobel já haviam sido disseminadas em outros países como Itália e Estados Unidos.

No Brasil, a evolução do conceito de infância e a preocupação com sua educação seguiram os moldes da Europa. A educação era responsabilidade da família e concebida através do convívio entre crianças e adultos do seu meio social.

A preocupação com a infância no Brasil somente surgiu a partir do final do século XIX, quando foram criadas as primeiras instituições e promulgadas as primeiras leis de amparo à criança. Antes desse período, os cuidados com a criança era dispensados somente pela família, e para aqueles que não as tinham, existia a “casa dos expostos”, criada no intuito de acolher crianças abandonadas.

Os principais problemas da época relacionados à criança, eram as altas taxas de desnutrição e conseqüente mortalidade infantil. Nas famílias mais abastadas, as crianças ainda ficavam com babás ou com a própria mãe, porém, nas famílias menos favorecidas, as mães, por precisarem trabalhar, deixavam os filhos sozinhos, e/ou sob cuidados de vizinhos, sem preparo para cuidá-las.

Neste cenário sócio-econômico, no final do século XIX e início do século XX, surgiu a necessidade de criar instituições incumbidas da função de zelar pela saúde dessas crianças, que não tinham acesso ao cuidado familiar, especialmente maternal. A partir dessa tendência, firmou-se ainda mais a ideia de que ela era um ser dependente, necessitado de cuidados por parte dos adultos, relacionados à saúde e alimentação, especialmente.

Didonet (2001) amplia este conceito, afirmando que:

Foi com essa preocupação, ou com esse [...] problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade e com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial é que começou a ser atendida fora da família. (p.13)

Como marco inicial, em relação à preocupação com a educação infantil, podemos destacar a iniciativa de Rui Barbosa em 1822, ao defender a proposta de Froebel para a educação infantil no Brasil Império.

A partir do século XX, alguns grupos começaram a movimentar-se a fim de atrair a atenção do governo para a criança. Neste período, foram criadas as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas do país. Kramer (1984), ressalta a criação do Instituto de Proteção e Assistência da Infância do Brasil, em 1899, que

visava a atender crianças até oito anos, elaborar leis de amparo, criar maternidades, creches e jardins de infância.

Com a chegada da industrialização e o crescente aumento da mão-de-obra feminina, as mães viam-se obrigadas a sair de casa e deixar os filhos em instituições voltadas ao seu atendimento. Neste cenário, Didonet (2001), descreve de que forma a creche foi concebida em nosso país, para quem e com quais funções:

Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (p.13).

Nesta época de industrialização, é possível destacar os movimentos operários, que lutavam por melhores condições de trabalho, fator propulsor na criação de creches e jardins de infância, voltados aos filhos das funcionárias.

Oliveira (2002) dá sua contribuição sobre o tema, afirmando que os empresários das fábricas modificaram sua visão acerca da criação de instituições, pois dessa forma, as mães ficariam mais tranquilas, e assim trabalhariam melhor.

No campo político, podemos atribuir a criação destes estabelecimentos em função da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), criada por Getúlio Vargas na década de 30 (trinta). É importante destacar a diferença entre as instituições de da época. A creche era a escola maternal, que atendia crianças de dois a quatro anos, enquanto o jardim de infância recebia crianças de cinco a seis anos.

Kuhlmann (2000) explicita a diferença nominal entre os termos, dizendo que:

Aos poucos, a nomenclatura vai deixar de considerar a escola maternal como se fosse aquela dos pobres, em oposição ao jardim-de-infância, passando a defini-la como a instituição que atenderia à faixa etária dos 2 aos 4 anos, enquanto o jardim atenderia de 5 a 6 anos. Mais tarde, essa especialização etária irá se incorporar aos nomes das turmas em instituições com crianças de 0 a 6 anos (berçário, maternal, jardim, pré). (p.482).

Até os anos 60 (sessenta), o atendimento à infância era de caráter exclusivamente assistencialista e apenas na década de 70, as instituições iniciaram seu processo de transformação ideológica, como elucida Kuhlmann (1998):

As concepções educacionais vigentes se mostravam explicitamente preconceituosas o que acabou por cristalizar a idéia de que, em sua origem

no passado, aquelas instituições teriam sido pensadas como lugar de guarda, de assistência e não de educação (p.182).

Estes questionamentos originaram um grande número de mobilizações. Na década de 80 (oitenta), um novo conceito de infância passou a vigorar em nosso país, tornando a criança um sujeito de direitos a partir de então.

O reconhecimento de uma necessidade pedagógica só foi legalmente reconhecido com a Constituição de 1988, quando ficou definido que as creches não teriam mais o caráter assistencial, mas sim educacional, sendo incluídas juntamente com as demais etapas de ensino.

A educação infantil no Brasil, desde então, não tem mais a função de substituir os cuidados que a família eventualmente não possa suprir, mas assume uma nova função, a de complementar a educação da família, no quesito pedagógico. Aita (2009) esclarece esta mudança social, afirmando que a creche e pré-escola deverão unir-se com família e comunidade, a fim de trabalharem juntas no sentido de atender a criança, visando seu pleno desenvolvimento.

## 2.2. A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para melhor compreender como se instituiu a docência voltada à educação infantil, é necessário saber de que forma surgiu e foi reconhecida esta profissão, como se deu e se dá hoje sua formação e quais são as especificidades inerentes ao profissional que a escolheu.

### 2.2.1. A Educação Infantil: um olhar sobre a legislação brasileira

Conforme estudamos na historicidade da Educação Infantil no Brasil, até a promulgação da Constituição de 1988, a educação de crianças até os 6 (seis) anos de idade possuía um caráter exclusivamente assistencialista.

A educação infantil passou a ganhar maior visibilidade e cunho pedagógico com a Constituição de 1988, onde no artigo 208, IV, (que prevê o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade como dever do Estado/ Poder Público, para com a educação.), torna-se claro que a criança em nosso país, passa a tornar-se um ser histórico, social e cultural.

Antes da promulgação da Constituição, havia também uma diferença sócio-cultural entre a creche e a pré-escola: Campos (1995) esclarece esta diferença da seguinte forma:

(...) pode-se considerar que, na faixa de 0 a 6 anos de idade, consolidaram-se dois tipos de atendimento paralelos: o que se convencionou chamar de creche, de cunho mais assistencial e de cuidado, e a pré-escola, ligada ao sistema educacional e refletindo suas prioridades de caráter institucional. (p.104)

A Constituição, ao equiparar os termos creche e pré-escola no âmbito da educação, estabelece uma profunda mudança no caráter funcional das instituições, reorganizando-as para que ambas possam ser responsáveis pela educação e guarda das crianças de zero a seis anos.

Em 13 de julho de 1990 foi criada a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, onde pioneiramente, é estabelecida a diferença entre criança e adolescente: crianças seriam de zero a doze anos e adolescentes de doze a dezoito anos, consolidando assim, a importância de dividir a educação de acordo com a faixa etária. Além disso, firmou-se a responsabilidade dos municípios por esta etapa da educação básica, através de Conselhos Municipais, Tutelares e Fundo Municipal.

Apesar desses primeiros passos, até a criação da nova LDB, em 1996, ainda não existiam diretrizes para a Educação Infantil, mencionada apenas em dispositivo da Lei nº 5692/71 - Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (art.19, inciso 2º):

Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

A consolidação do reconhecimento do Estado pela Educação Infantil veio através da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases, quando, no art.29 define a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. Ela torna-se direito da criança e da família, dever do Estado, não obrigatória e gratuita nos estabelecimentos oficiais. A partir de então, o Estado passa a ser responsável não apenas por cuidar, mas especialmente por educar as crianças, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento integral da criança. A Lei 9.394 nos artigos 29, 30 e 31, destaca que a educação infantil é uma importante etapa da formação integral e destaca que:

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em

seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31º. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Para gerir suas responsabilidades, foram estabelecidas diretrizes nacionais da Educação Infantil, a fim de nortear as propostas pedagógicas das instituições, através da Lei de Diretrizes e Bases.

### **2.2.2. A escolha pela Educação Infantil: habilidades e competências necessárias ao professor de educação infantil**

A profissão docente da Educação Infantil surgiu no Brasil, sem exigência de formação. Anteriormente às mudanças ocorridas no sistema educacional, no final do século XX, a atenção e cuidado às crianças alheias ao seio da família eram dispensados por amas de leite, mães mercenárias, ou pessoas sem qualquer preparação formal para o trato infantil.

Após a criação da LDB, reconheceu-se a necessidade da formação adequada ao docente de Educação Infantil, em virtude das especificidades que deveriam ser contempladas no atendimento de crianças de zero a seis anos.

Anteriormente à Lei de Diretrizes e Bases, os profissionais que atendiam a faixa etária de zero a três anos, em função do caráter assistencialista do trabalho, não eram considerados professores, tal como os que atendiam a faixa etária de quatro a seis anos. Com o advento da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases, o profissional que atende a faixa etária de zero a seis anos foi reconhecido legalmente como professor.

Esse reconhecimento veio ao encontro das novas concepções, que intitulavam as creches e pré-escolas como instituições de caráter pedagógico. Neste contexto, o profissional que estaria preparado para assumir e conduzir o papel pedagógico em ambas as instituições, por formação e titulação, era o professor.

Ostetto (1997) suscita esta questão, ao indagar a falta de reconhecimento do profissional que atendia a faixa etária de zero a três anos, quando na verdade, se a

intenção era consolidar o caráter pedagógico das creches e pré-escolas, nada mais natural que reconhecer todos os profissionais igualmente.

[...] profissional que poderia dar conta desta função pedagógica apregoada era sem dúvida o professor, pois além de já possuir um estatuto legitimado de profissional da educação, sua sença crescia em instituições de atendimento à faixa de quatro a seis anos. Por que não trazê-lo para trabalhar com crianças de zero a três anos? Se tanto creche como pré-escola eram consideradas, na prática, espaços pedagógicos, nada mais natural que o professor fosse seu agente. (p. 14)

Com o reconhecimento obtido legalmente, o educador então tem a possibilidade de escolher com qual faixa etária trabalhar, sendo reconhecido como professor em qualquer uma delas, em função do caráter pedagógico que assumiu a Educação Infantil.

No documento Referenciais para a Formação de Professores, publicado em 1998 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), é citada a importância da formação para os professores, com os fundamentos da educação básica e também as especificidades da Educação Infantil.

A formação deve contemplar todos os segmentos da educação básica com os mesmos fundamentos educacionais gerais e mais *as suas especificidades – a educação infantil de zero a três anos e de quatro a seis anos[...]*: o trabalho na creche[...] (MEC/SEF, 1998, p. 86).

Se o educador que atende esta faixa etária, (de zero a seis anos) precisa atender e assistir criança como um todo, não só nos aspectos cognitivos, mas também nos aspectos físicos e psicológicos, está claro que este nível de educação básica difere-se dos demais, pois a dependência e vulnerabilidade que as crianças trazem consigo, em virtude da pouca experiência de vida, exigem do educador muita atenção e múltiplas funções no exercício de sua profissão.

Como nos afirma Oliveira-Formosinho (2002, p. 44), “a docência na educação infantil apresenta aspectos similares e também diferenciadores da docência dos demais níveis de ensino”.

Na Educação Infantil, os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais são trabalhados em sua totalidade, dentro e fora da sala de aula, em momentos que alternam entre a educação formal e informal. Um planejamento curricular elaborado pelo professor, provavelmente será alterado durante sua prática, pois a Educação Infantil exige mais liberdade e flexibilidade no trabalho.

Ampliando o parágrafo acima, Kishimoto (2002) enfatiza que:

(...) a linguagem nas crianças abaixo de 6 anos desenvolve-se nas “situações de cotidiano, quando a criança desenha, pinta, observa uma flor, assiste a um vídeo, brinca de faz de conta, manipula um brinquedo, explora a areia, coleciona pedrinhas, sementes, conversa com amigos ou com o próprio professor”, caracterizando a forma com que a criança constrói conhecimento através de experiências ampliadas (p.18).

As situações de cotidiano que cita Kishimoto (2002) são momentos os quais o professor deve explorar ao máximo, a fim de oportunizar a construção de saberes que se dão através do contato com o mundo.

Além da sensibilidade necessária por parte do docente para compreender e atender a todas as peculiaridades inerentes à Educação Infantil, o professor que opta por trabalhar com esta faixa etária, deve possuir ou desenvolver algumas competências e habilidades, para que desempenhe seu trabalho com sucesso.

Antes de classificar as habilidades e competências necessárias ao professor de Educação Infantil, é importante definir aqui, o conceito de competência e habilidade, para depois relacioná-los com a profissão docente.

Competência é composta por conhecimento (saberes), habilidades (saber fazer, relacionado à prática mental) e atitudes (aspectos éticos cooperação, solidariedade) Para Perrenoud (1999, p.15), “a noção de competência designará aqui uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação.” Na verdade, ele explicita que, competência não é o saber, mas sim a capacidade de articular os saberes com atitudes, sendo elaboradas através de esquemas de pensamento que permitem determinar e realizar uma ação relativamente adaptada à situação (Perrenoud, 1999, p.15), a fim de resolver situações particulares adequadamente.

As habilidades são as ações físicas ou mentais que indicam a capacidade adquirida. São relacionadas ao saber-fazer, conhecer, conviver e ser. Como exemplos de habilidades, podemos citar a capacidade de relacionar informação, analisar situações, identificar problemas, possíveis soluções, sintetizar, julgar, etc.

Quando falamos em competência do professor de Educação Infantil, estamos falando da formação voltada a esta área de ensino. Não somente a formação universitária, pré-requisito básico para o exercício da docência, mas a formação contínua e permanente que forneça subsídios teóricos ao profissional durante sua prática. Como nos esclarece Perrenoud, são os saberes conjugados adequadamente, que permitirão ao professor lidar com os desafios do dia a dia. Especialmente na Educação Infantil, a dinâmica é diferente dos outros níveis e exige

do professor uma rápida articulação de seus saberes teóricos e práticos, para solucionar as diversas situações que se colocam durante seu trabalho.

Com relação às habilidades essas sim, são intrínsecas e dependem de cada pessoa. Remetendo este conceito ao educador infantil, podemos dizer que, uma das habilidades principais é a capacidade de lidar com o novo, a flexibilidade para transformar situações rapidamente, já que a resposta das crianças é imediata, negativa ou positiva, e a resolução de situações de maneira segura e equilibrada, pois o público com o qual esse profissional atua, é muito dependente das decisões do professor.

Historicamente, o profissional que trabalha com a faixa etária de zero a seis anos, agora cinco, com a mudança do ensino para nove anos, teve dificuldades com a construção de sua identidade profissional, a começar pelas definições dos termos pré-escola e Educação Infantil.

Os que se preocupam com os nomes e rótulos sentem-se insatisfeitos, pois tanto pré-escola como educação infantil pecam pela imprecisão. Nenhuma das duas dá idéia precisa da natureza, especificidade e identidade da instituição voltada para as crianças que ainda não atingiram a idade da obrigatoriedade escolar. (Fonseca, 2004, p.161)

A dicotomia entre o cuidar e o educar também é fator de desconforto em alguns profissionais, que por não estarem devidamente preparados para as duas tarefas concomitantes, terminam por pender mais para o pedagógico ou para o afetivo, esquecendo da importância do equilíbrio ao conduzir a formação do aluno.

Esta especificidade é inerente à Educação Infantil, onde o professor complementa o papel familiar, e sendo mulher, especialmente o papel materno; tornando impossível dissociar o trabalho pedagógico com o cuidado. É importante que o professor desta área, conheça e compreenda a relevância desse conjunto, não se comparando aos professores dos primeiros anos, onde a necessidade é diferente, exercendo assim sua função de forma adequada.

Desconsideram por esse ato a importante premissa de que na atuação com as crianças pequenas há uma interligação profunda entre educação e 'cuidados', entre função pedagógica e função de cuidados e custódia, o que alarga naturalmente o papel da educadora por comparação com o dos professores de outros níveis educativos (Oliveira-Formosinho, 2002. 137).

Esse alargamento do papel de educadora que nos cita Oliveira e Formosinho, também é fator de escolha profissional por aqueles que preferem, por razões



intrínsecas, assumir esse papel de formador nos aspectos cognitivos, sociais, psicológicos e físicos. Kramer & Abromovay (1991) reconhecem essa função como:

(...) um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia, através de atividades que têm um significado concreto, para a vida das crianças e que, simultaneamente, asseguram a aquisição de novos conhecimentos. (...) (p.35)

Apesar da consolidação da função de professor, no Brasil muitos profissionais optam ainda pelos primeiros anos do Ensino Fundamental em detrimento da Educação Infantil. Este preconceito é herança da visão que o mundo possuía de Educação Infantil.

ao considerar o 'cuidado' das crianças e sua educação como inerentes à 'natureza' feminina, o trabalho docente passa por um esvaziamento. Tal situação o transforma em uma atividade não mediatizada, não criativa, não rentável, não produtiva e até invisível, como uma extensão do trabalho doméstico. (Fernandez, 1994 p.110)

Apesar do preconceito, as mudanças já ocorridas através da nova legislação trouxeram um novo olhar sobre o papel do educador, admitindo que a Educação Infantil não mais objetiva exclusivamente preparar e treinar as crianças para assumirem seu papel nas classes de Ensino Fundamental, mas especialmente mediar e facilitar o desenvolvimento de habilidades e competências consonantes com a faixa etária em que se encontram.

### **2.2.3. A formação universitária: relação entre teoria e prática**

O interesse pela formação de professores surgiu na época da Revolução Francesa que, com seus ideais, obrigou o Estado a reconhecer e preocupar-se com a educação, que até então, era ministrada por leigos.

No Brasil, o primeiro passo concreto para a formação de professores deu-se em 1920, quando Sampaio Dória, criou uma Faculdade de Educação, com fins de formar especialistas na área de educação. Em 1930, foi criada a Escola Normal do Distrito Federal, que no ano de 1932, foi reconhecida por Anísio Teixeira, como primeira escola de professores em nível universitário.

Em 1934 foi também criado o Instituto de Educação do Estado de São Paulo (IEUSP). Um ano depois, nasceu com Anísio a Universidade do Distrito Federal

(UDF), que ficou conhecida como Universidade de Educação, recebendo também o título de “Escola de Professores”.

No ano de 1939, a UDF foi extinta pela ditadura Vargas, e incorporou-se à Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, foi criado o primeiro curso de Pedagogia, com três anos de duração, através do decreto-lei 1.190, de 04/04/39.

Durante o período de Ditadura Militar surgiram alguns movimentos sobre a profissão docente, onde se buscou o consenso sobre a função e a formação de educadores, no intuito de convergir os currículos dos cursos de pedagogia.

Com a lei 9394/96, quando inclusive o termo educador cedeu espaço para o de “professor”, três eixos formativos firmaram-se no Brasil: A Escola Normal, o Curso Normal Superior e o Curso de Pedagogia.

Como está inserido no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (art. 62).

Na Educação Infantil, com o parecer do Conselho Nacional de Educação em abril de 2000, ficou estabelecido que até o ano de 2007, todos os professores teriam até então, formação mínima do curso normal do ensino médio.

Com o Plano Nacional de Educação em 2001, foi elaborado metas para a formação de professores, de forma que os mesmos estejam preparados para atender e educar a criança de forma integral.

(...) daí porque os cursos de formação professores para a EI devem ter uma atenção especial à formação humana, à questão de valores e às habilidades específicas para tratar com seres tão abertos ao mundo e tão ávidos de explorar e conhecer, como são as crianças (PNE – 2001, p.44).

Neste Plano, foram estabelecidas como metas, a formação em nível superior dos dirigentes das Escolas de Educação Infantil, a formação dos professores em nível médio em até cinco anos e 70% dos professores com formação em nível superior até dez anos após sua publicação, ocorrida em 2001.

O Conselho Nacional de Educação através de seu Conselho Pleno, aprova a Resolução CNE/CP 2, em fevereiro de 2002, instituindo a duração e carga horária mínima de 2.800 horas dos cursos de licenciatura de graduação plena, divididas

entre estágio curricular, aulas teóricas, atividades práticas e atividades acadêmico-científicas-culturais, no intuito de articular diferentes saberes e vivências, na formação do professor.

Finalmente, em 2006, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, através da Resolução CNE/CP N° 1.

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (art. 2º)

Com as novas diretrizes, há uma ruptura entre as diferentes ênfases, que são extintas em nível de graduação, para o surgimento de um novo curso de Pedagogia com dupla titulação: Educação Infantil e Anos Iniciais e um novo perfil de egresso, que visa:

(...) à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida abrangerá integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e atividades educativas (Parecer CNE/CP nº 5/2005, 13 dez. 2005, p.6).

O novo curso de Pedagogia, a partir das novas diretrizes, objetiva que seu egresso seja capaz de utilizar-se das teorias, a fim de nortear e fomentar suas práticas, utilizando-se dos saberes já adquiridos no exercício de sua função.

Se a pedagogia é a reunião mútua e dialética da teoria e da prática educativas pela mesma pessoa, o pedagogo é, antes de mais nada, um prático-teórico da ação educativa. O pedagogo é aquele que procura conjugar a teoria e a prática a partir de sua própria ação. E nessa produção específica da relação teoriaprática em educação que se origina, se cria, se inventa e se renova a pedagogia. [...] Só será considerado pedagogo aquele que fizer surgir um plus na e pela articulação teoriaprática em educação (Houssaye, 2004, p. 10).

Apoiando-me nas palavras de Houssaye (2004), essa conjugação entre teoria e prática deve ser o eixo norteador dos cursos de formação, que cada vez mais, tem um compromisso com a preparação de seus alunos para o real mercado de trabalho que exigirá deles mais do que teorias ou estágios curriculares.

Além da questão teórico prática, tão importante quanto articular saberes profissionais, disciplinares e experienciais, é começar a preparar este aluno, que tornar-se-á professor, para enfrentar e contornar diferentes situações conflituosas que encontrará em seu dia a dia. Como complementa Esteve (1992) “se há conflitos no ensino, parece mais razoável formar os professores com as destrezas suficientes para enfrentar esses conflitos, reconhecendo sua existência.” (p.155).

O reconhecimento, citado por Esteve (1992), significa aceitar as dificuldades e desafios que são encontrados na prática docente, para poder preparar os alunos ainda no curso de formação, e resolvê-los.

Um dos saberes que tem acompanhado a minha vida acadêmica tem sido o saber profissional que envolve a formação, pois, enquanto formanda da primeira turma do Curso de Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais da PUCRS, sem nenhuma experiência docente, exceto a dos estágios obrigatórios, avalio positivamente as disciplinas teórico-práticas, onde pude agregar conhecimento teórico para embasar a prática. Vale destacar a articulação dos saberes estudados na universidade com a realidade da escola, desenvolvidos durante as práticas e estágios obrigatórios. Observo, neste aspecto, que o currículo do novo curso no qual já faço parte, contempla as diretrizes curriculares. Na sequência curricular existe a oferta de disciplinas voltadas à Educação Especial, Gestão da Educação, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Tecnologias da Informação, entre outros. Outro aspecto a destacar se refere ao contato com múltiplos contextos educativos, que possibilitam uma visão mais crítica e ampliada no planejamento e na execução do trabalho.

Jesus (2000) enfatiza este aspecto, quando ressalta que: “Os cursos de formação devem ir ao encontro das necessidades dos professores.” (p.40). Neste caso, como hoje devemos estar preparadas para atuar em múltiplos contextos, nada mais pertinente que entrarmos em contato com as diferentes áreas de ensino já na graduação.

Apesar disso, percebo enquanto acadêmica em formação, o caráter generalista do novo currículo. Percebo que é necessária uma maior articulação entre algumas disciplinas. Algumas, com enfoque mais prático, como as metodologias, por exemplo, que poderiam ser cursadas no semestre mais próximo dos estágios, pois os trabalhos que realizamos nestas disciplinas, seriam mais bem aproveitados se já estivéssemos voltados ao planejamento da prática. Da mesma forma que, o último

semestre, onde estamos engajadas a elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso, que, mesmo com bons subsídios teóricos recebidos durante a graduação, dispende muito tempo e energia, muitas disciplinas concomitantes ao TCC atrapalham, pois como têm seu enfoque e objetivos específicos, exigem leituras, trabalhos teóricos e práticos, que faríamos com mais afinco, se fossem cobrados em outro semestre, que não o último.

Entendo que, por ser a primeira turma deste novo currículo, estudos e reformulações serão feitas. Conversando com professoras já formadas ou em Anos Iniciais ou em Educação Infantil, percebo a melhoria na qualidade do ensino, onde somos instigados a desenvolver uma visão mais global sobre criança, escola e educação. Ainda não se sabe como será o resultado desta formação neste novo formato, mas posso dizer que, a partir deste novo curso, surgirão também um novo conceito de profissionais de pedagogia, sem dúvida, mais preparados para lidar e transformar a educação do futuro.

### 2.3. EDUCAÇÃO INFANTIL E O MAL-ESTAR DOCENTE

“Vive-se numa sociedade de stress”  
é uma frase que faz parte do discurso  
do senso comum na atualidade.”  
(JESUS, 2007, p.11).

Esse stress, é originado e fomentado pelo ritmo de vida das pessoas no mundo todo, que querem mais em menos tempo, gerando uma constante luta interna, onde os limites pessoais são muitas vezes sobrepostos em nome do fazer mais e melhor.

Existem fatores que corroboram com o desencadeamento do stress, especialmente no âmbito profissional. Esses fatores, segundo Jesus (2007, p.12) são:

- ritmo de vida acelerado, quase alucinante, em que se tem de responder rapidamente a constantes novas solicitações;
- os ambientes altamente competitivos, em que muitas vezes os fins justificam os meios, resultando na perda de valores humanos, como a solidariedade e cooperação;
- em particular, a instabilidade profissional - a falta de garantia de permanência no local de trabalho - uma vez que a procura de emprego é maior que a oferta (...)
- o sentimento de falta de controle ou de incerteza face aos resultados pretendidos, isto é, o alcance destes depende muitas vezes de fatores que não se controla.

Algumas bibliografias citam ainda o termo *burnout*, igualando-o ao stress. Na verdade o stress pode ser benéfico em alguns casos, mas o *burnout* sempre será maléfico.

Jesus (2007) apresenta alguns apontamentos sobre o *burnout*:

o conjunto de sintomas que o professor possa apresentar numa situação de burnout pode ocorrer devido à dificuldade em fazer frente às exigências que lhe são colocadas pela sua profissão, excedendo sua capacidade de resposta.(p.19)

Fazendo um estudo sociológico e antropológico, não é difícil perceber as profundas mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos, que modificaram o papel de muitos profissionais, incluindo o papel do professor, dentro e fora de sala de aula. O contexto social em que nos encontramos hoje não comportaria jamais, o professor do final do século passado.

Esteve (1995) sustenta que esta mudança de contexto com a qual os professores se deparam, tem origem na alteração da estrutura social de nosso país, que implicou em mudanças também no campo da educação, como descreve abaixo:

A passagem de um sistema de ensino de elite para um sistema de ensino de massas implica um aumento quantitativo de professores e alunos, mas também o aparecimento de novos problemas qualitativos, que exigem uma reflexão profunda. Ensinar hoje é diferente do que era há vinte anos. Fundamentalmente, porque não tem a mesma dificuldade trabalhar com um grupo de crianças homogeneizadas pela selecção ou enquadrar a cem por cento as crianças de um país, com os cem por cento de problemas sociais que essas crianças levam consigo. Daí o desencanto que atinge muitos professores, que não souberam redefinir o seu papel perante esta nova situação. (p.96)

Esta redefinição de papel que nos cita Esteve (1995), é fator desconjunturante no processo de prática docente. Os professores que já estão no mercado de trabalho estão adaptando-se rapidamente às mudanças exigidas para manter-se nele. Os que estão chegando, muitas vezes saem da universidade despreparados para enfrentar uma realidade que não está nos livros. Essa adaptação infere uma série de concessões, que muitas vezes vão de encontro às suas convicções e perspectivas de trabalho, transformando-o em uma prática muitas vezes penosa e com conseqüências psicológicas desastrosas.

Esteve (1995) elucida esta questão quando relata que:

Este mesmo sentimento de desencanto afecta hoje muitos professores, quando comparam a situação do ensino há alguns anos atrás com a realidade quotidiana das escolas em que trabalham. O sentimento de

insegurança está na origem do cepticismo e da recusa dos professores em relação às novas políticas de reforma educativa. (p.96)

Podemos expressar como principais mudanças no trabalho do professor, o acúmulo de responsabilidades dentro e fora da sala de aula, a exigência por uma formação continuada, dificultada em função das extensas jornadas de trabalho, e do salário, muitas vezes aquém do necessário para seu sustento. Esteve dá sua contribuição, realçando mais um aspecto:

Como fator consolidador ao mal estar docente, deparamo-nos com uma nova sociedade, que desmerece e questiona o trabalho do professor com propriedade, através dos meios de comunicação, grupos sociais e de massificação cultural. Assim como, há tão somente vinte anos, o professor constituía a fonte quase exclusiva de informação e transmissão do saber, no momento atual qualquer de suas afirmações pode ser examinada, quando não contestada, utilizando-se as informações, valores, ou os posicionamentos recebidos por esses novos canais de socialização. (p.30)

Todas essas modificações na sociedade com a qual o professor tem de se deparar quando completa sua graduação e entra no mercado de trabalho, deveriam ser conhecidas e também refletidas durante sua formação, para que a escolha pelo magistério não seja idealizada, com perspectivas que são impossíveis de alcançar frente à realidade em que a escola e o professor encontram-se.

Roland (2008) vem esclarecer esta questão, afirmando que:

Quanto mais consciente for o professor de seus objetivos, crenças e sentimentos, aliado a uma prática reflexiva, maiores serão as chances de satisfação pessoal e profissional. (p.14)

Nos primeiros anos do Ensino Fundamental, e especialmente na Educação Infantil, o professor que trabalha com essa faixa etária, nas classes A, B e C ganha uma nova responsabilidade, que em princípio, não seria sua. Em função do novo panorama socioeconômico, as Escolas de Educação Infantil, recebem crianças em geral às sete da manhã, para devolvê-las às famílias somente às sete da noite, muitas vezes, já dormindo. As crianças que vivem sob esta rotina estressante têm uma referência deturpada dos pais, pois o carinho, os limites e os cuidados são prestados na Escola. No final de semana, sentem-se culpados por despender pouco tempo com os filhos, querendo compensá-los de alguma forma por sua ausência, deixando de lado os limites tão necessários na infância, delegando mais esse papel à Escola e especialmente ao professor.

Existe ainda outro aspecto que corrobora com o mal estar docente: a falta de recursos materiais. Especialmente, nas escolas públicas, o professor que sai da Universidade cheio de planos e ao tentar colocá-los em prática na sala de aula, depara-se com uma realidade que o obriga a restringir seu planejamento em função da falta de recursos. Na Educação Infantil, onde são necessários diferentes materiais e recursos tecnológicos de apoio para enriquecer o trabalho, sua falta desencadeia insatisfação por parte do professor, que não consegue desenvolver sua aula como gostaria e muitas vezes recebe críticas a respeito, como se fosse sua a responsabilidade.

A esse sentimento de desesperança vem somar-se um certo constrangimento quando os responsáveis políticos e os administradores criticam a falta de renovação metodológica ou a incorporação tardia de novas técnicas em uma escola que acompanha de longe as novas exigências sociais. Muitos professores - entre eles os mais ativos e inquietos - consideram essas críticas como um autêntico sarcasmo quando pensam nas mil artimanhas e no enorme esforço que devem fazer a cada dia para dispor de um material mínimo. (Esteve, 1999, p.49).

Como resposta a todas as exigências e adequações que nem sempre são bem resolvidas, temos como conseqüência do mal-estar docente o absentismo trabalhista e o abandono da profissão docente. O absentismo refere-se ao não cumprimento da jornada de trabalho, através de atrasos, saídas antecipadas, licenças de saúde, etc. Aliado a isto, o professor inibe-se cada vez mais, no sentido de proteger-se de críticas e discussões na escola, suprimindo suas opiniões, e assim, descaracterizando-se no ambiente de trabalho.

O absentismo aparece, portanto, como forma de buscar um alívio que permita ao professor escapar momentaneamente das tensões acumuladas em seu trabalho. Recorre-se então, aos pedidos de licença trabalhistas ou, simplesmente, à ausência do estabelecimento escolar por períodos curtos, que exigem não mais do que uma justificativa. (Esteve, 1999, p.63)

Além do absentismo e o abandono da profissão docente, existe um grau mais avançado do mal-estar docente que debilita a saúde dos profissionais. É um grupo cada vez maior de professores que somatizam sua ansiedade, desenvolvendo uma série de enfermidades de ordem física e mental em graus mais elevados, estado de depressão, que sem dúvida o tirará da sala de aula, e muitas vezes, sem perspectivas de retorno.

Para ampliar o campo de estudo e principalmente de prevenção e correção deste mal, é necessário que o professor seja reconhecido pelo sistema como mais



que um profissional. É um ser humano e nele está incutida sua personalidade, seus temores, sua história de vida, fatores relevantes no processo de construção profissional e desempenho de sua prática.

Mosquera (1975) em seus estudos sobre o professor reflete:

Ao pensarmos o que seja um professor, não podemos deixar de considerar que ele é, primeiramente, um ser humano, com seus potenciais energéticos, suas idéias, estruturas mentais e limitações. Como pessoa, o professor, tem um passado histórico que não se mede apenas por um relato subjetivo, mas e principalmente nas experiências que realizou e nas ações que conseguiu desencadear através de comportamentos sucessivos. (p.90)

Através desta reflexão, podemos nos remeter à forma como a sociedade vem considerando o professor, como um profissional que deve colocar sua função acima de seus sentimentos e expectativas pessoais, como se o seu trabalho fosse mecânico, quando na verdade, por trabalhar com pessoas, ele deveria ter suas potencialidades e limitações valorizados, pois é através dessas características que o mesmo executa suas funções no seu dia a dia.

#### 2.4. PROJEÇÕES PARA O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Falar em perspectivas para um profissional cujo campo de trabalho está diretamente vinculado às mudanças sócio-políticas, em nosso país é difícil, pois transcorrem rápidas, e na maioria das vezes verticalmente, restando à classe docente contentar-se e adaptar-se às mudanças, ou não aceitar e fazer as reivindicações necessárias.

Do ponto de vista formativo, podemos destacar as alterações dos currículos dos cursos universitários, que, cada vez mais, visam possibilitar ao estudante uma maior proximidade com a prática, no intuito de ajudá-lo a conjugar os saberes construídos na universidade com os saberes que irá adquirir durante sua prática profissional.

Jesus (2007) corrobora com o comentário acima quando afirma que:

em outros termos, a formação, segundo um modelo relacional, acentua o que o professor “pode fazer” face a situações profissionais problemáticas, em oposição aos modelos normativos que apresentam “receitas pedagógicas” ou o que o professor “deve ser” ou “deve fazer”. É o professor que decide como atuar, procurando ser coerente com sua própria personalidade, e tendo em conta a especificidade das circunstâncias educativas, e não comparando-se com um perfil ideal ou ótimo, o que lhe

gera ansiedade em obedecer a modelos, assim como inibição comportamental. (p.38)

O docente de Educação Infantil, ciente do seu campo de atuação, reconhecido como profissional da Educação Básica, deve estar ciente da necessidade de formação contínua, no sentido de buscar nos estudos, embasamento para uma prática mais reflexiva e contextualizada.

Como aponta Freire (1996):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (p.32).

É importante que o profissional não só compreenda a necessidade de formação contínua, mas acredite e a construa ativa e continuamente. Isto porque, como Freire (1996) expõe em seus estudos que o ensino não vive sem a pesquisa e vice-versa, ou seja, a teoria não vive sem a prática. O professor, no intuito de alcançar um equilíbrio entre teoria e prática, deve valorizar sua experiência já adquirida e procurar formação que o ajude a superar os diferentes desafios e responder aos novos questionamentos que se apresentam todos os dias em sua prática.

Com relação ao reconhecimento da sociedade frente à Educação Infantil, em especial ao seu professor, podemos afirmar que ele ainda é incipiente, pois as classes C e D, ainda veem as instituições como um local seguro para deixar os seus filhos enquanto trabalham. As classes A e B, com maior acesso a informação, muitas vezes não valorizam, por não compreenderem a importância do trabalho desenvolvido.

Podemos destacar como órgão incentivador e promotor da Educação Infantil, a ASBREI - Associação Brasileira de Educação Infantil, uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1981 com intuito de reafirmar e fortalecer a necessidade e a importância da Educação Infantil. Ela visa conscientizar a sociedade de que a Educação começa no berço, através de congressos, parcerias com diferentes instituições, apoiando e divulgando ações que favoreçam o estudo e o desenvolvimento da Educação Infantil em todo o Brasil.

No âmbito financeiro, foi promulgada a lei federal nº. 11.738, em julho de 2008, que estabeleceu um piso salarial de R\$ 950,00 a professores da educação

básica com formação em nível médio e disponibilizou 1/3 da jornada de trabalho para atividades extraclasse, tais como, formação continuada, planejamento de aulas, etc.

Os profissionais das instituições particulares do Rio Grande do Sul contam com o SINPRO - Sindicato dos Professores do Ensino Privado do RS, instituição fundada em 1938. Na sua última Convenção Coletiva de Trabalho, em vinte e três de junho de 2009, estabeleceu o valor mínimo de hora-aula de R\$ 6,43 (seis reais e quarenta e três centavos). Para os professores contratados por 30 (trinta) horas semanais, o piso mínimo de R\$ 749,70 (setecentos e quarenta e nove reais com setenta centavos), para o município de Porto Alegre. Além disso, foram criadas outras cláusulas de reflexo econômico, com o objetivo de atender as reivindicações dos professores da rede privada.

Além de órgãos como sindicatos e associações, é necessário destacar a importância do clima organizacional a que o profissional de Educação Infantil está submetido todos os dias. A escola, onde o profissional exerce sua práxis é grande influenciadora no processo de construção da identidade profissional. Isto porque o professor não precisa somente de reconhecimento moral e financeiro por parte da sociedade, mas também de um suporte por parte de seu gestor direto, que tem por função promover um clima apropriado para que possa desenvolver sua atividade profissional.

Neste aspecto, Imbérnon (2000) ressalta que a profissão docente perpassa a formação acadêmica, estando a satisfação pessoal e profissional intimamente vinculada a outros aspectos que atuam em sua história.

(...) a profissão docente desenvolve-se por diversos fatores: o salário, a demanda do mercado de trabalho, o clima de trabalho nas escolas em que é exercida, a promoção na profissão, as estruturas hierárquicas, a carreira docente etc. (...) Essa perspectiva é mais global e parte da hipótese de que o desenvolvimento profissional é um conjunto de fatores que possibilitam ou impedem que o professor progrida em sua vida profissional. (p.43-44)

As palavras de Imbérnon (2000) apontam o que na verdade, é reivindicado não só pelos professores, mas por praticamente todas as classes profissionais. Existem outros fatores determinantes no sucesso profissional que independem da formação acadêmica e do gosto pelo trabalho.

Ainda citando Imbérnon (2000):

A melhoria da formação ajudará a esse desenvolvimento, mas a melhoria de outros fatores (salário, estruturas, níveis de decisão, níveis de participação, carreira, clima de trabalho, legislação trabalhista etc.) tem um papel decisivo nesse desenvolvimento. (p. 43-44).

É importante que o docente, ao escolher sua profissão, esteja ciente das dificuldades e realidades com as quais irá se deparar. Porém, não é correto atribuir toda a responsabilidade do sucesso e/ou fracasso de sua função a ele. Se o profissional, de qualquer área, mas especialmente neste caso, o professor, não receber o suporte adequado com relação a questão psicológica, motivacional e financeira, não terá condições de executar suas funções plenamente.

## TERCEIRO CAPITULO

### 3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O trabalho de pesquisa sobre a formação e prática docente do Educador Infantil, iniciou com a preocupação de conhecer sua história, para melhor compreender a atual realidade, da educação e dos profissionais que nela atuam.

A idéia desse tema surgiu a partir de questionamentos feitos por mim durante o estágio, pois sempre alimentei certo preconceito pela Educação Infantil, como se sua finalidade fosse menos importante que a dos outros níveis de ensino, e quando me deparei com a realidade de uma Escola de Educação Infantil, passei a analisar sua importância no desenvolvimento da criança, suas dificuldades, seus encantamentos, e especialmente seus professores.

Após realizar a pesquisa bibliográfica para compreender a historicidade da Educação Infantil e da formação profissional, considerei importante relacionar os elementos históricos com a realidade desses professores. Para conhecê-la, foi necessário escolher o caminho da pesquisa.

Para criá-la e organizá-la, apoiei-me nos estudos de André (1986), que dá sua contribuição com relação à pesquisa, destacando que:

Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. (p.1).

Elaborei uma pesquisa, cuja coleta de dados foi feita através de questionários, com questões que vão desde os dados pessoais, passando a escolha da profissão, e suscitando uma reflexão sobre a prática. Os questionários foram aplicados com alguns professores que atuam nesta área, nos setores público e privado. Mesmo com uma pequena amostra, a pesquisa tem cunho inicial qualitativo, pois seu objetivo é a interpretação e análise das respostas. Como afirma Minayo (2004), a análise qualitativa não deve ser vista como:

[...] uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador (p. 27).

Por isso, optei por uma análise qualiquantitativa, que possibilitou o estudo das respostas individualmente, para após organizar e classificar os dados,

elaborando gráficos em percentuais, a fim de conceder uma visão mais global dos resultados.

Sobre as duas análises, Minayo (2004) afirma que:

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos porém não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles, interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (p.22)

A construção de categorias foi feita no intuito de organizar as respostas contextualizadamente, agrupando idéias, para depois possibilitar uma análise geral. Para Minayo (2004) as categorias podem ser empregadas a fim de estabelecer classificações e agrupar elementos, idéias ou expressões em função de um conceito.

A partir das leituras realizadas durante o processo de construção do meu trabalho de conclusão fui descobrindo algumas categorias. Mas, no momento de elaboração do questionário e da coleta de dados foi quando realmente as defini. Portanto, foram criadas nove (9) categorias: (I) Idade, (II) Opção pelo magistério, (III) Formação, (IV) Concepções, (V) Opção profissional, (VI) Características do educador infantil, (VII) Atuação, (VIII) Valorização profissional, (IX) Práticas.

A primeira categoria – **Idade (I)** - se refere a idade que as professoras questionadas possuem, hoje, em 2010. As respostas desta pergunta estão diretamente relacionadas a categoria formação, especificamente na questão 3 (três), pois todas as professoras com mais de trinta anos cursaram magistério, retrato da legislação da época, quando não era obrigatório o curso superior para o exercício do magistério; A segunda categoria trata da **Opção pelo magistério (II)**, e surgiu com a intenção de compreender como se deu o processo de escolha profissional; A terceira categoria, **Formação (III)** busca conhecer as bases teóricas deste professor; como se iniciou e se está em andamento o processo de formação profissional; **Concepções (IV)** visa questionar a importância e influência da formação na prática profissional, para cada professor; A quinta categoria, **Opção Profissional (V)** pretende saber se os questionados escolheram trabalhar com a Educação Infantil e por quais motivos; A sexta categoria **Características do Educador Infantil (VI)**, questiona quais características o professor considera importante ao trabalhar com a Educação Infantil; A sétima categoria, **Atuação (VII)** busca conhecer o contexto no qual este profissional exerce sua função; A oitava categoria, **Valorização (VIII)** refere-se à forma como o profissional sente-se valorizado ou não, e de qual esfera

recebe esta valorização no exercício de sua função; A última categoria, **Prática (IX)** procura estabelecer uma relação com o mal estar docente, procurando respostas que vão ao encontro dos principais fatores que possam desmotivar o professor em seu trabalho.

### 3.1 A COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi elaborada através de um questionário (Apêndice I) distribuído para seis professores, três da rede pública e três da rede privada, com perguntas que permitiram embasar a análise dos dados. Para tal, nas questões 1 a 4, o enfoque é sobre dados gerais e formação, onde busco primeiro traçar um perfil do profissional que respondeu a pesquisa. Essas questões envolvem a idade,

As questões 5 a 7, envolveram as concepções profissionais, e as questões 8 a 10 buscam conhecer a atuação desta professora, o que a faz sentir-se valorizada e o que desestimula sua prática.

#### Quadro Síntese dos dados referentes às categorias:

Questões	Categorias	Respostas
1. Qual sua idade?	1. Idade	<p><b>Pm1</b>- 40 anos</p> <p><b>Pe1</b>- 48 anos</p> <p><b>Pp1</b>- 21 anos</p> <p><b>Pm2</b>- 34 anos</p> <p><b>Pp2</b>- 21 anos</p> <p><b>Pp3</b>- 33 anos</p>
2. O que a levou optar pelo magistério?	2. Opção pelo magistério	<p><b>Pm1</b>- Desde pequena, já tinha a vontade de ser profe, pois brincava de Professora, dando aula para a minha sobrinha, que é dois anos mais nova do que eu. Eu inventava as atividades, eu dava nota, dava exercícios, etc .</p> <p><b>Pe1</b>- A com o convívio com o mundo escolar, através do exemplo de minha mãe.</p> <p><b>Pp1</b>- optei pelo magistério por acreditar na força da mudança, pois creio que é somente com uma educação de qualidade que poderemos ter gerações mais críticas e conscientes. E é a esperança de poder auxiliar a transformação que me inspira na execução e mediação de minhas aulas.</p> <p><b>Pm2</b>- Sempre gostei de brincar de escola com amigas e bonecas. Creio que as prazerosas</p>

		<p>brincadeiras da infância foram fator decisivo na escolha da minha profissão.</p> <p><b>Pp2-</b> O prazer em trabalhar com crianças, o desejo de lecionar e a vontade de realizar uma profissão gratificante e essencial.</p> <p><b>Pp3-</b> A descoberta de ser capaz de transmitir conhecimento.</p>
3.Você cursou magistério? Se não, o que cursou?	3. Formação	<p><b>Pm1-</b> Sim</p> <p><b>Pe1-</b> Cursei, 4 anos.</p> <p><b>Pp1-</b> Não, realizei ensino médio regular.</p> <p><b>Pm2-</b> Sim.</p> <p><b>Pp2-</b> Não. Estou concluindo o curso de Pedagogia, mas ao longo da trajetória, realizei vários cursos relacionados à área.</p> <p><b>Pp3-</b> Sim</p>
4. Estuda atualmente? Se sim, em qual curso?	3. Formação	<p><b>Pm1-</b> Sistemáticamente não, porém, estou sempre participando de cursos, seminários, palestras voltados à Ed. Infantil, área com a qual trabalho.</p> <p><b>Pe1-</b> Não.</p> <p><b>Pp1-</b> Sim, Pedagogia – Educação Infantil e Anos Iniciais.</p> <p><b>Pm2-</b> Não.</p> <p><b>Pp2-</b> Sim. Pedagogia Anos Iniciais e Educação Infantil.</p> <p><b>Pp3-</b> Sim, cursando Pedagogia</p>
5. Você acredita que as teorias ministradas na universidade sejam importantes para o exercício de sua função?	4. Concepções	<p><b>Pm1-</b> Sim, sem dúvida alguma.</p> <p><b>Pe1-</b> Sim, pois dão embasamento e fundamentação teórica para qualificarmos nosso trabalho, bem como entendermos melhor os diversos processos educativos, a criança, etc.</p> <p><b>Pp1-</b> Acredito que a teoria tem a função de nos fornecer o embasamento necessário para que possamos criar estratégias enriquecedoras em nossa prática educativa. Porém penso que não devemos nos deter somente as teorias, devemos mediar nossas ações baseando-se em nossas experiências já vividas.</p> <p><b>Pm2-</b> Sim, porém penso que é necessário relacionar as teorias com a realidade, sob pena de não funcionarem no dia a dia.</p> <p><b>Pp2-</b> Sim, são os fundamentos de toda prática pedagógica que exerço. Não existe prática sem teoria.</p> <p><b>Pp3-</b> Sim, penso que em sua maioria as teorias devam enriquecer o trabalho no contexto de prática de sala de aula</p>
6. Você	5.Opção profissional	<p><b>Pm1-</b> Sim, devido à paixão pelos pequenos que</p>



<p>escolheu trabalhar com Educação Infantil? Por quê?</p>		<p>vêm para a escola com o <i>desejo de descobrir o mundo</i>, cabendo aos educadores da Ed. Infantil a possibilidade do acesso e da descoberta desse conhecimento todo.</p> <p><b>Pe1-</b> Sim, porque é uma fase apaixonante, a base de todo processo pedagógico, porque a descoberta encanta, podendo compartilhar com o aluno o caminho percorrido de ação, pensamentos, aceitação.</p> <p><b>Pp1-</b> Sim, como profissional consciente realizei a escolha de trabalhar na área da educação infantil, pois, meu olhar se dá além do pensamento da professora de educação infantil como cuidadora, nosso papel ultrapassa estes horizontes, elencando nossa prática com a construção de saberes e conhecimentos essenciais para o pleno desenvolvimento futuro das crianças como seres críticos e pensantes.</p> <p><b>Pm2-</b> Sim. Adoro esta faixa etária, são muito espontâneos e dão retorno imediato ao meu trabalho.</p> <p><b>Pp2-</b> Sim. Desde pequena falava que gostaria de ser professora e de trabalhar com crianças de 5 e 6 anos. Acredito que esta fase é maravilhosa e repleta de descobertas e é uma “honra” poder participar deste processo. Pensar que posso fazer a diferença na vida de algum dos meus alunos e que eles carregarão esta lembrança para o resto da vida é uma alegria.</p> <p><b>Pp3-</b> Sim, por identificar-me com a faixa-etária; por poder trabalhar de forma lúdica e estimular suas primeiras descobertas nesta mais importante fase do desenvolvimento.</p>
<p>7. Para você, quais as características indispensáveis que um Educador Infantil deve ter?</p>	<p>6. Características do Educador Infantil</p>	<p><b>Pm1-</b> Pleno conhecimento das características da faixa etária com a qual trabalha: limites, habilidades, expectativas, experimentações, etc, qualificação, dedicação, clareza das suas ações e intervenções no ato de educar, consciência de que o dia a dia precisa ser flexível, adaptado às diferentes condições do grupo, do espaço escolar, da proposta que se intenciona trabalhar.</p> <p><b>Pe1-</b> Acolhedor, compreensiva, acreditar no que faz, que toda criança tem possibilidade de aprender, avançar, ser mediador e desafiador, paciente para poder orientar, guiar e ajudar os alunos, bom observador.</p> <p><b>Pp1-</b> Paciência, para saber mediar as diversas situações ocorrentes em nosso cotidiano.</p> <p>Motivação, para que possa sempre buscar novas estratégias e métodos de ensino para melhor educar e abranger as necessidades de nosso</p>

		<p>alunos.</p> <p>Estudo continuado, para que possamos estar a par de novas metodologias, buscando renovar as nossas já construídas, possibilitando uma plena relação de ensino-aprendizagem.</p> <p>Entre outros aspectos que tornam-se essenciais para com o trabalho na educação infantil, como o carinho, o respeito, o empenho e etc.</p> <p><b>Pm2-</b> Conhecimento sobre a faixa etária, suas aptidões e limitações, interesse em estudar cada vez mais, pois as crianças de hoje não são as mesmas de quando começamos a trabalhar e flexibilidade, para alterar os planejamentos quando necessário.</p> <p><b>Pp2-</b> Paciência, amor pelo que faz, acreditar na potencialidade de cada criança, respeitar as diferenças, acolher, valorizar as conquistas, promover avanços e ter um bom embasamento. Saber quais atividades deve realizar para trabalhar diferentes áreas do conhecimento, não fazer por “achar bonito”, mas por um objetivo concreto.</p> <p><b>Pp3-</b> Ter habilitação em Educação Infantil e acreditar na importância da educação nesta faixa-etária.</p>
8. Você atua em uma instituição: ( ) Pública ( ) Privada	7. Atuação	<p><b>Pm1-</b> Pública</p> <p><b>Pe1-</b> Pública</p> <p><b>Pp1-</b> Privada</p> <p><b>Pm2-</b> Pública</p> <p><b>Pp2-</b> Privada</p> <p><b>Pp3-</b> Privada</p>
9. Você sente-se valorizada no seu trabalho? De que forma?	8. Valorização profissional	<p><b>Pm1-</b> Sim, muito, através dos bons resultados alcançados com as crianças, do reconhecimento das famílias, que fazem comentários positivos sobre o trabalho desenvolvido, pelas falas dos alunos, extremamente carinhosos, amorosos, e que demonstram satisfação e felicidade em estar na escola, como parte da turma.</p> <p><b>Pe1-</b> Em parte, pela sociedade em geral NÃO, mas perante o crescimento dos meus alunos e das conquistas adquiridas por estes, a superação de dificuldades, acredito que sim.</p> <p><b>Pp1-</b> Sim, em minha instituição o profissional realiza reuniões individuais para que possa relatar acontecimento os quais julgar importante, como também reuniões gerais, onde trocamos informações e idéias com as demais colegas.</p> <p>A carga horária também é um fator positivo, sendo esta de 4 horas.</p>

		<p>Entre outros aspectos que demonstram que a escola nos valoriza como educadoras, estão: a remuneração, apoio financeiro para a realização de congressos, além de uma estrutura, fornecendo materiais e metodologias diferenciadas para que possamos executar bons projetos em nossa sala de aula.</p> <p><b>Pm2</b>-Sim, no reconhecimento dos alunos, o carinho que nos retribuem diariamente, que alimentam nossa vontade de lecionar. Mas não pela sociedade em geral, que ainda vêem a educação infantil como depósito de crianças, como se fossemos meras cuidadoras, sem nenhum aporte teórico.</p> <p><b>Pp2</b>- Sim. Há um grande apreço por parte da direção da escola e um retorno positivo dos pais.</p> <p><b>Pp3</b>- Pelas crianças sim, ao verificar o retorno de cada um ao término das atividades.</p>
<p>10. Existem fatores que desestimulam sua prática? Quais são eles?</p>	<p>9. Práticas</p>	<p><b>Pm1</b>- Não, a meu ver, toda e qualquer situação deve ser considerada como aprendizagem constante, tanto do ponto de vista do certo quanto do errado. Daí a satisfação com a prática realizada.</p> <p><b>Pe1</b>- A pouca valorização do trabalho do educador e a falta de parceria e interesse da família, que passou a ver a Profª. De Educação Infantil como uma babá sofisticada.</p> <p><b>Pp1</b>- A desvalorização do profissional de educação, principalmente da educação infantil, perante a sociedade, a qual lhe encara como um cuidador, devendo obedecer os cuidados pré estabelecidos pelos pais, os quais também demonstram grande empecilho e dificuldade em compreender a real importância de nós educadores no crescimento de seus filhos.</p> <p><b>Pm2</b>- A prática em si não, mas a desvalorização moral que sofremos diariamente desestabiliza um pouco, sim.</p> <p><b>Pp2</b>- No momento não. Conto com o apoio da escola com materiais, espaço físico e subsídios teóricos.</p> <p><b>Pp3</b>- Sim; o olhar dos pais sobre as instituições infantis ainda como espaço para cuidados/higiene/alimentação e não como ambiente estimulador com profissionais habilitados na área.</p>

### 3.2. ANÁLISE DOS DADOS: DEPOIMENTOS

Após receber todos os questionários, reuni os dados a fim de começar a analisá-los e estabelecer relações. Como afirma André (1986), a tarefa de análise implica:

(...) num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes.(p.45)

Ao analisar as respostas colhidas através dos respondentes, pude observar que na primeira categoria: Idade, a maioria dos professores possui mais de 30 anos.

Com relação à questão referente à escolha do curso, fica visível que o professor já fazia sua opção na infância, como demonstra a resposta que segue:

Desde pequena, já tinha a vontade de ser profe, pois brincava de Professora, dando aula para a minha sobrinha, que é dois anos mais nova do que eu. Eu inventava as atividades, eu dava nota, dava exercícios, etc . (Pm1)

Na terceira questão, sobre ter cursado ou não o magistério, percebi que todas as professoras com mais de 30 anos cursaram o Curso Normal, também conhecido como Magistério, enquanto as duas professoras com 21 anos saíram do Ensino Médio diretamente para o Curso de Pedagogia. Podemos atribuir esta diferença à mudança de legislação sobre os cursos de formação, pois há dez anos atrás, o professor que havia cursado magistério estava habilitado a trabalhar com Educação Infantil, realidade dos profissionais com mais de trinta anos, enquanto hoje, para ingressar neste mercado, é necessário no mínimo estar cursando Pedagogia em nível de graduação.

A quarta pergunta questiona se o responde está estudando ou não. Dessa amostra podemos perceber que uma professora que fez apenas o “magistério”, voltou à universidade para cursar o curso de Pedagogia no intuito de adequar-se à nova proposta de formação profissional. As duas mais jovens estão concluindo o curso de graduação, e uma das professoras também menciona a preocupação de perpassar a graduação, e manter-se atualizada através de outros recursos, como seminários, palestras, etc.

A quinta questão refere-se à crença das teorias para facilitar a prática. Unanimemente, todas trouxeram a importância das teorias na construção e

articulação com a prática, porém uma das professoras ressaltou como fundamental relacionar as teorias com o contexto com o qual se está trabalhando:

Sim, porém penso que é necessário relacionar as teorias com a realidade, sob pena de não funcionarem no dia a dia. (Pm2)

Na sexta questão, sobre a escolha pela Educação Infantil, também observei unanimidade nas respostas, e como principais razões pela escolha, aparece o encantamento pelas crianças, e a consciência da importância de um trabalho pedagógico com esta faixa etária de zero a seis anos, como observei no depoimento de uma das professoras participantes da pesquisa:

Sim, por identificar-me com a faixa-etária; por poder trabalhar de forma lúdica e estimular suas primeiras descobertas nesta mais importante fase do desenvolvimento. (Pp3)

Com relação à sétima questão, sobre as características que o educador infantil deve ter, os professores trazem como fator importante conhecer bem a faixa etária com a qual se trabalha e suas especificidades, além de acreditar no seu trabalho. Um aspecto interessante que foi citado por apenas um dos professores, foi o amor pelo que faz, em minha opinião, requisito básico para desempenhar bem qualquer profissão.

A oitava pergunta refere-se à atuação do professor, se exerce suas funções na rede pública ou privada. Através desta resposta, foi possível compreender e analisar algumas respostas, considerando o contexto vivenciado diariamente pelo professor.

A nona questão objetiva saber como o professor sente-se a respeito da valorização de seu trabalho. Pude observar que é possível dividir as respostas de acordo com o contexto onde atuam os professores. As professoras de rede privada ressaltam a importância do apoio e estrutura que recebem por parte da instituição, como relata uma das professoras que respondeu ao questionário:

(...) em minha instituição o profissional realiza reuniões individuais para que possa relatar acontecimento os quais julgar importante, como também reuniões gerais, onde trocamos informações e idéias com as demais colegas.

A carga horária também é um fator positivo, sendo esta de 4 horas. Entre outros aspectos que demonstram que a escola nos valoriza como educadoras, estão: a remuneração, apoio financeiro para a realização de congressos, além de uma estrutura, fornecendo

materiais e metodologias diferenciadas para que possamos executar bons projetos em nossa sala de aula. (Pp1)

As professoras de rede pública trazem a valorização por parte de seus alunos, pelo retorno das tarefas propostas, e o desenvolvimento alcançado por eles, mas já manifestam a insatisfação por não serem reconhecidas pela sociedade, como podemos perceber na resposta abaixo:

Sim, no reconhecimento dos alunos, o carinho que nos retribuem diariamente, que alimentam nossa vontade de lecionar. Mas não pela sociedade em geral, que ainda vêem a educação infantil como depósito de crianças, como se fossemos meras cuidadoras, sem nenhum aporte teórico. (Pm2).

A última questão foi formulada no intuito de elencar os fatores que desmotivam a prática dos professores. Em suas respostas, pude compreender que a falta de valorização por parte dos pais e sociedade em geral é o principal fator desmotivador, aparecendo nas respostas de professores de escolas públicas e privadas. Acredito que nestas respostas está implícito o retrato de uma sociedade em transformação, que já reconhece a necessidade das escolas infantis e de professores preparados para educar seus filhos, mas ainda os inferioriza por considerar um trabalho mais doméstico que profissional. A colocação abaixo, faz um apanhado geral de todas as respostas:

A desvalorização do profissional de educação, principalmente da educação infantil, perante a sociedade, a qual lhe encara como uma cuidadora, devendo obedecer os cuidados pré estabelecidos pelos pais, os quais também demonstram grande empecilho e dificuldade em compreender a real importância de nós educadores no crescimento de seus filhos. (Pp1).

Reunindo todas as respostas das professoras da rede pública e privada de ensino, podemos traçar o perfil de um profissional que está ciente da importância de seu trabalho, escolheu sua profissão, e também a Educação Infantil, em função de seu público, que o valoriza diariamente através de suas ações. Apesar da escolha espontânea, reclamam da falta de reconhecimento por parte da sociedade, visto que são agentes impulsionadores de mercado, pois sem sua força de trabalho, os filhos das mães com outras profissões não teriam onde ficar, dificultando a expansão do mercado de trabalho feminino e a economia em geral. Essa consciência já adquirida

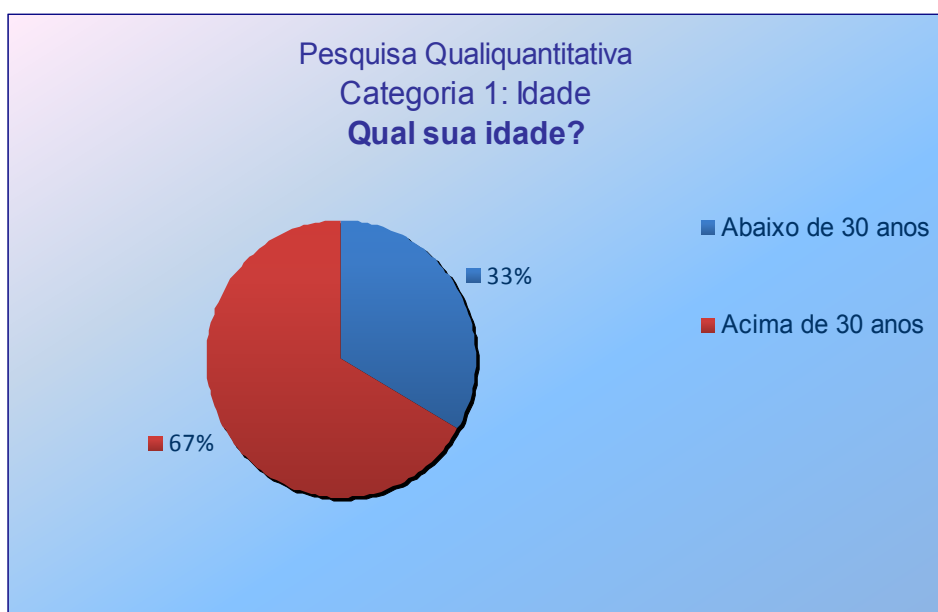
reflete-se nas respostas dos professores, quando mencionam a falta de valorização como fator desmotivador de sua prática.

Para ilustrar as respostas colhidas nos questionários, elaborei alguns gráficos no sentido de facilitar a visualização das respostas:

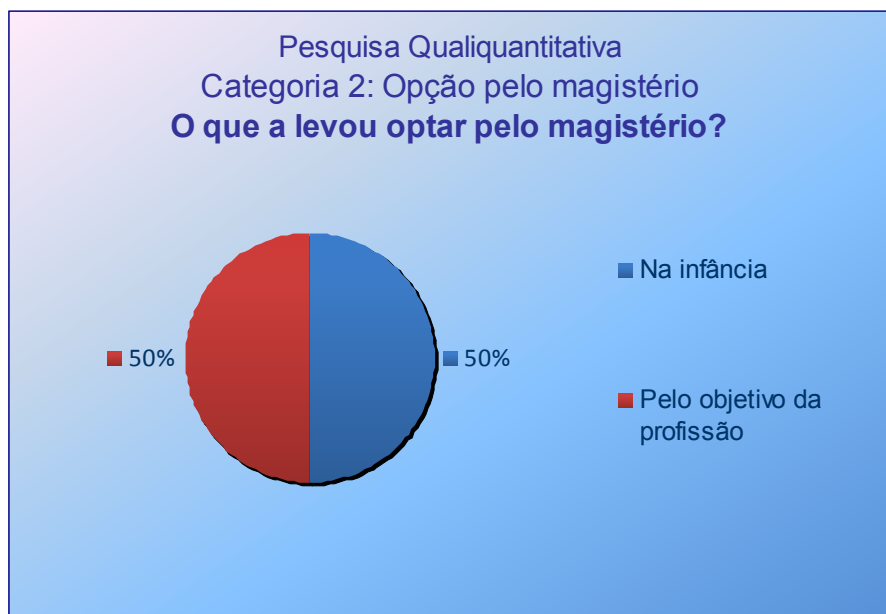
### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS: GRÁFICOS

Para dar maior visibilidade dos dados coletados considerei interessante apresentar alguns gráficos, que analiso nesta parte do estudo.

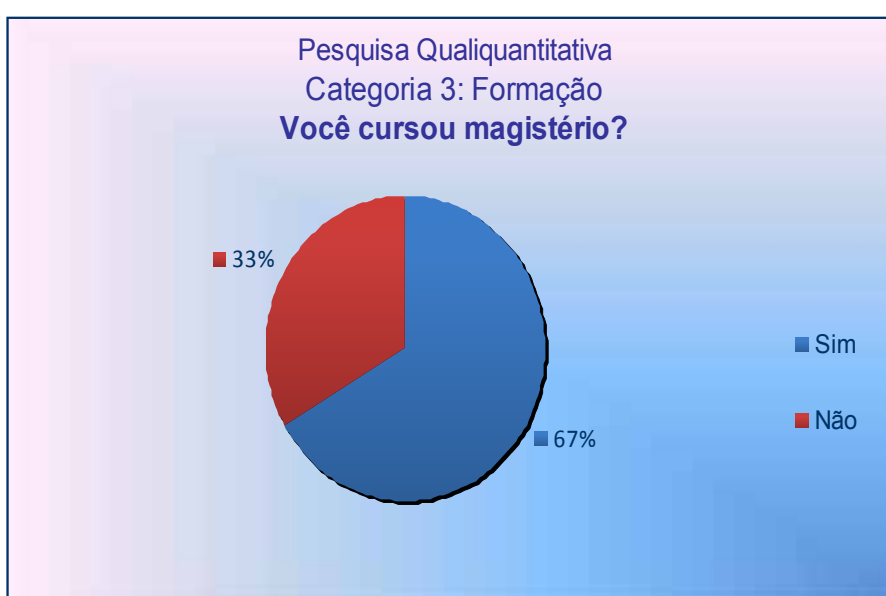
O **gráfico nº.1** a seguir refere-se à idade das professoras questionadas. Através das respostas, podemos perceber que 67% (sessenta e sete por cento) das professoras fizeram sua escolha profissional e formação anteriormente à promulgação da LDB, dado importante que permite comparar com a caminhada acadêmica e profissional das outras entrevistadas mais jovens.



O **gráfico nº.2** que segue expressa os principais motivos da escolha pelo magistério. Como respostas mais frequentes destaco as brincadeiras infantis voltadas ao magistério e a escolha da profissão em função de seu objetivo principal.



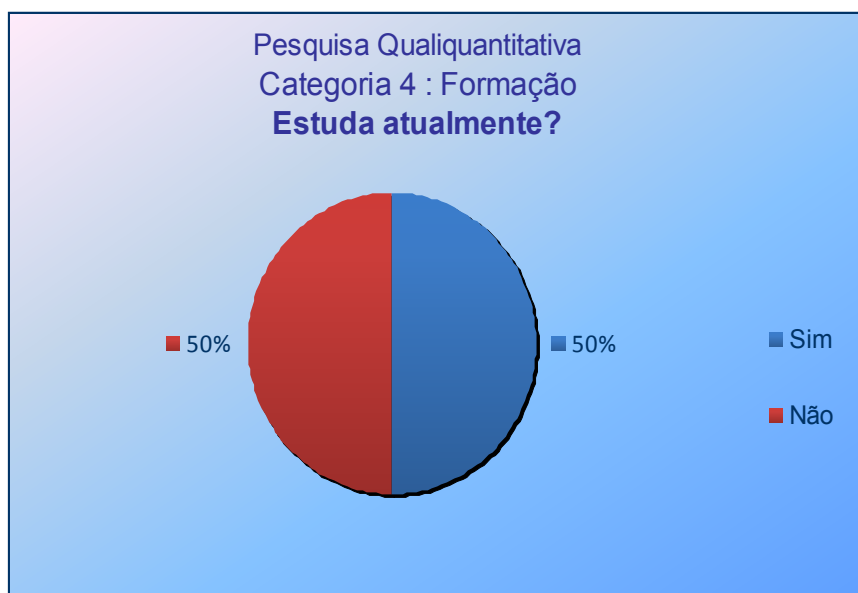
O **gráfico n°.3** está vinculado às perguntas: Você cursou magistério? Se não, o que cursou? Através das respostas podemos estabelecer uma ligação com as respostas da primeira pergunta, relacionada à idade. Os 67% (sessenta e sete) por cento com mais de 30 (trinta) anos são exatamente os 67% (sessenta e sete) por cento que cursou magistério. Os outros 33% (trinta e três por cento) são as entrevistadas mais jovens que sofreram influência direta das mudanças legais voltadas à formação, entrando diretamente no curso de Pedagogia em nível de graduação.



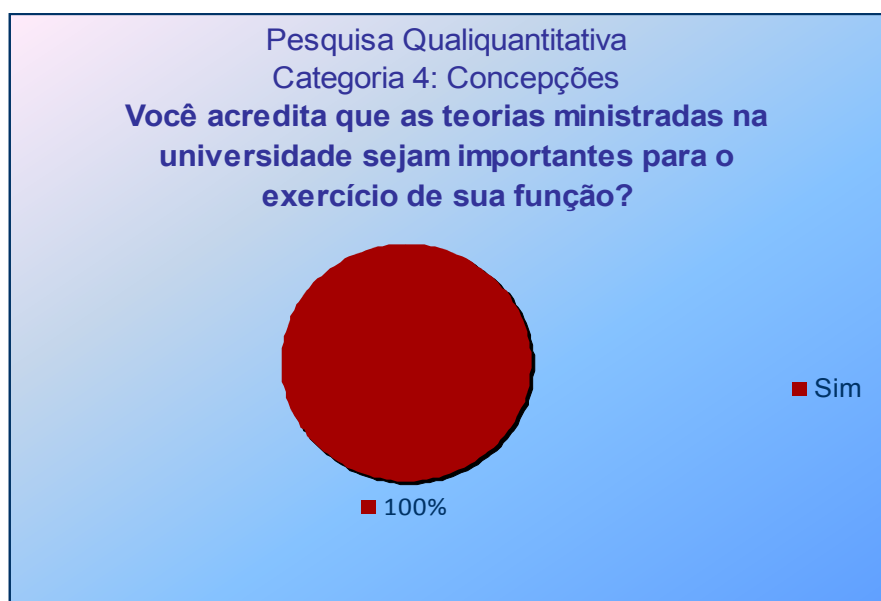
O **gráfico n°.4** apresenta as respostas para o questionamento se as profissionais estão atualmente estudando. Da amostra, 50% (cinquenta por cento)



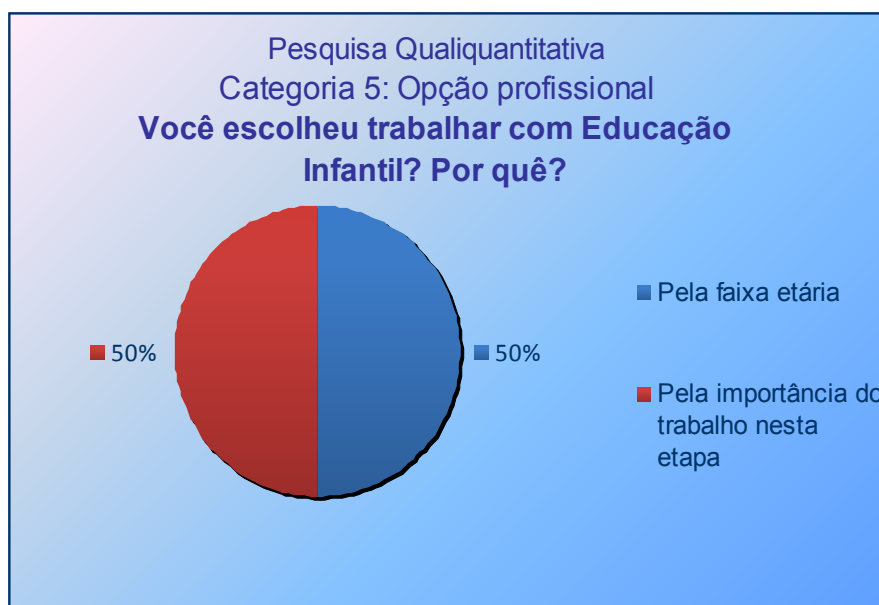
estão e os outros 50% (cinquenta por cento) não. Podemos destacar que uma delas afirma que não está estudando sistematicamente, mas procura sempre participar de eventos no sentido de aprimorar sua formação, e também outra professora, maior de trinta anos que está se adequando à nova legislação, cursando Pedagogia.



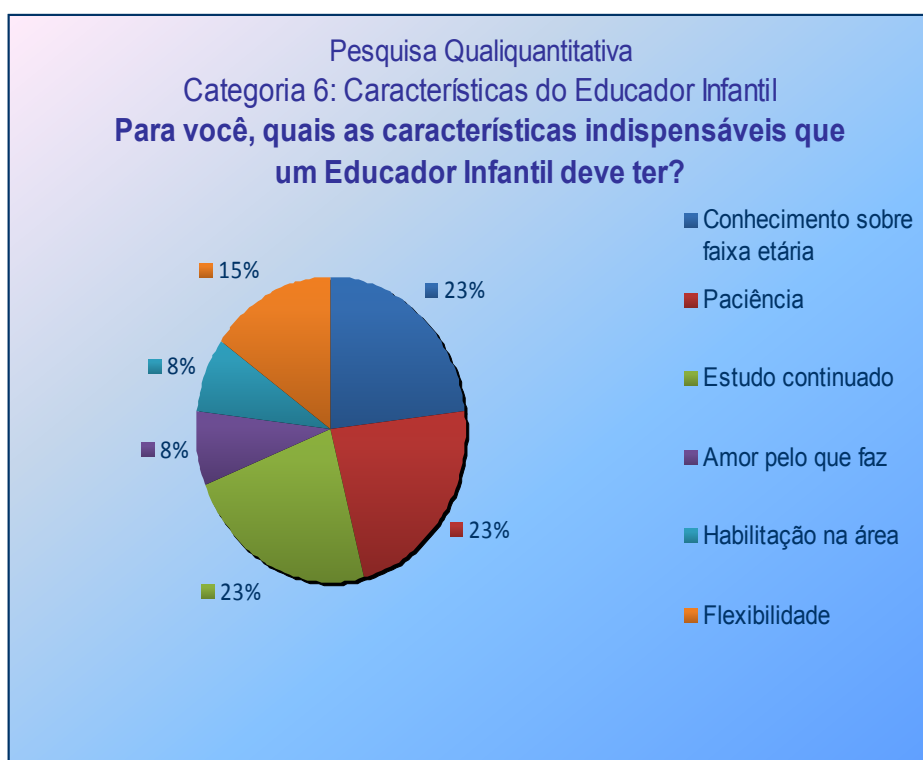
O **gráfico n°5**, relativo à pergunta que se refere se as professoras questionadas consideram as teorias importantes na construção de sua prática, houve uma unanimidade na resposta sim, reiterando o caráter científico da educação, onde é necessária uma articulação entre teoria e prática para o bom exercício da profissão.



O **gráfico nº.6** refere-se à escolha pela Educação Infantil. Como repostas mais apresentadas, destaca-se a escolha pelo trabalho com crianças de zero a seis anos e a importância do trabalho nesta fase e suas peculiaridades.



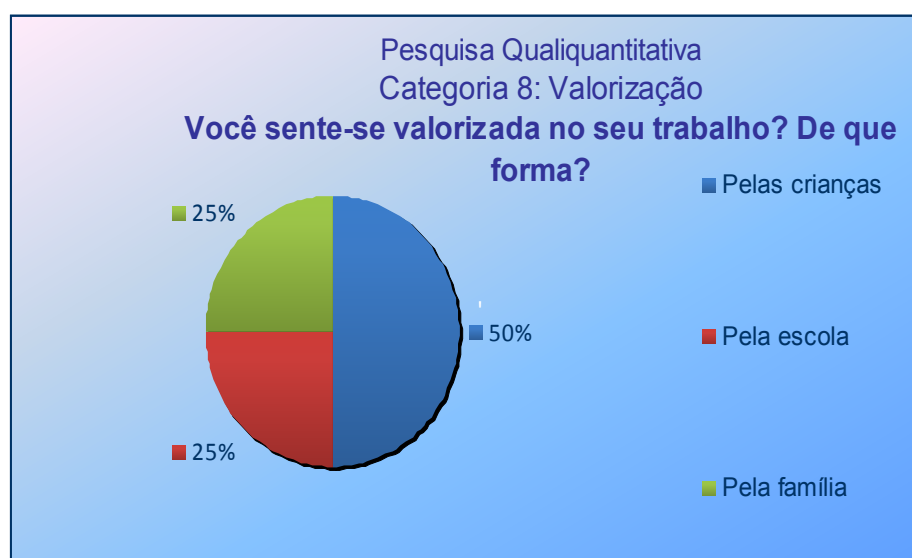
O **gráfico nº.7** abaixo apresenta as principais características que o educador infantil deve possuir, segundo as entrevistadas. Entre as respostas, destacamos o conhecimento sobre a faixa etária, paciência e estudo continuado.



O **gráfico n°.8** apresenta o campo de atuação das entrevistadas. Na amostra temos 50% (cinquenta por cento) das do grupo de respondentes atuando em instituições públicas e outros 50% (cinquenta por cento) em instituições privadas.

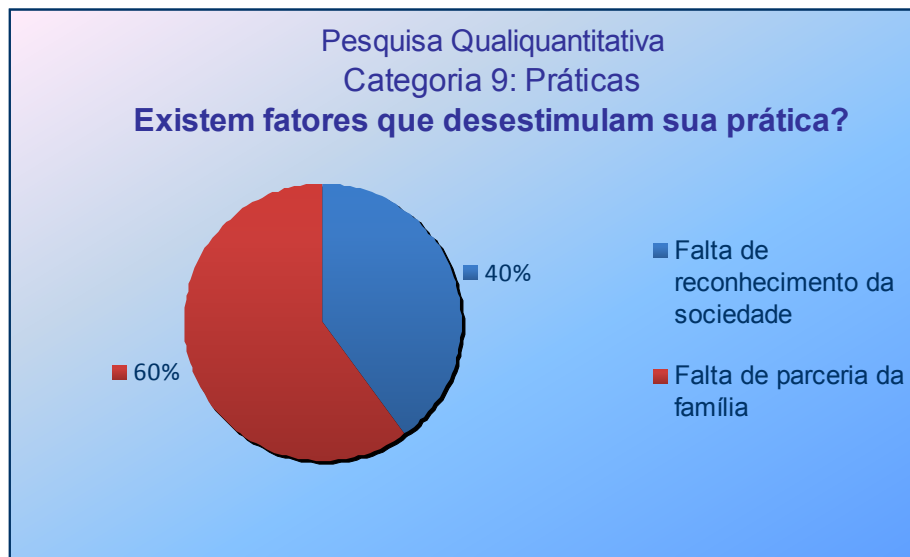


O **gráfico n°9** expõe as respostas da pergunta Você sente-se valorizada no seu trabalho? De que forma? Na compilação dos dados, foram observadas as seguintes proposições:



O **gráfico n°10** a seguir expressa os fatores que desestimulam a prática dos docentes questionados. Sendo 60% (sessenta por cento) da amostra consideram como maior entrave ao sucesso do trabalho a falta de parceria com a família, e os

outros 40% (quarenta por cento) ressaltam a falta de valorização por parte da sociedade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão buscou atingir o objetivo primordial relacionado a questão de avaliar a realidade do Educador Infantil, buscando observar como se dá sua formação e como se processa sua prática no dia a dia em diferentes contextos.

Inicialmente percebi que seria necessário compreender a história primeiramente relacionada à infância, e sua educação, para depois discorrer sobre a profissão docente voltada à Educação Infantil.

Por isso, com relação ao processo histórico da infância, através dos estudos realizados constatei o quão recente é o reconhecimento da criança como um ser humano com necessidades específicas, e a preocupação com sua educação. Faço um destaque que essa preocupação surgiu em função das mudanças sócio-econômicas, que levaram as mães ao mercado de trabalho, suscitando a necessidade de pessoas e/ou locais que ficassem responsáveis por essas crianças, cujas mães trabalhavam e não em função do interesse pelo desenvolvimento infantil.

Castro (1996) discorre sobre a infância e coloca que:

(...) para re-construir historicamente a infância, se deve resgatar, dentro de cada formação social, a configuração prevalente de significados atribuídos à infância, articulando-os às múltiplas representações que, no imaginário social, se relacionam com os diferentes momentos da existência humana na sua trajetória de vida, desde a concepção até a morte. (p.308)

Por esta razão, muito antes dos professores, os cuidados infantis ficavam a cargo de pessoas não preparadas para seu desenvolvimento como as mães mercenárias, perpassando cuidadores higienistas das primeiras instituições, até admitir que as crianças precisavam mais que cuidados e sim de educação. Quem poderia dar conta desse papel era o professor.

A Educação Infantil no Brasil, só passou a ganhar maior visibilidade enquanto nível de ensino na década de 70 (setenta), quando, a partir de então, reconheceu-se a necessidade de educação para crianças de zero a seis anos. Este profissional sentiu e ainda sente dificuldade em construir sua identidade profissional, pois muitas vezes é considerado apenas um cuidador, enquanto no dia a dia, trabalha com enfoque pedagógico, e, além disso, agrega em suas funções o cuidado materno.

Com relação à formação docente voltada à Educação Infantil, o estudo desenvolvido colaborou para observar as muitas mudanças relacionadas aos cursos de formação em nosso país, desde sua criação, até os dias de hoje, em 2010 (dois

mil e dez). Acredito que todas as reformulações já feitas intuíram a melhoria da formação docente, no sentido de preparar as futuras profissionais para os desafios da prática docente.

Após conhecer o panorama sócio-histórico, reuni todos os conhecimentos adquiridos na revisão bibliográfica e criei um questionário com perguntas que contemplassem os aspectos já estudados, a fim de conjugar saberes teóricos com a prática dos educadores infantis em exercício.

A pesquisa desenvolvida, mesmo que de forma sucinta, destaco que foi interessante para o meu aprendizado, colaborando para complementar e enriquecer as reflexões teóricas, pois através das respostas dos professores, foi possível relacionar os conhecimentos adquiridos durante a elaboração do trabalho, com a realidade profissional.

Com o desenvolvimento da pequena amostra de pesquisa, também pude identificar alguns fatores desmotivacionais relacionado à falta de participação da família e de valorização por parte da sociedade em geral. Além disso, os salários com pisos muito abaixo de outros profissionais graduados, corroboram para a sensação de descaso com seu trabalho.

Apesar das dificuldades, pude perceber que na totalidade da amostra, a profissão foi escolhida espontaneamente e a prática está calcada no desenvolvimento das crianças, que correspondem às expectativas das professoras, atenuando ou quem sabe mascarando o desconforto que sentem pela falta de valorização, desencadeando um desagradável paradoxo entre a escolha e a prática profissional.

Analisando o papel do profissional de Educação Infantil, foi possível constatar a grande desvalorização que o mesmo sofre diariamente. Pode-se atribuir esta desvalorização em parte a uma visão social antropológica, que considera a professora de Educação Infantil como uma executora do papel materno, desprezando o caráter pedagógico que possui seu trabalho e também pelo descaso das esferas superiores com relação ao profissional, denotado pelos baixos salários, materiais sucateados e falta de um plano de carreira que valorize o estudo continuado e oportunize melhores condições de vida àqueles que escolheram lecionar com a faixa etária de zero a cinco anos.

Por fim, acredito que estamos em uma fase de transição com relação à visão sobre a Educação Infantil. Os professores estão mais especializados e qualificados

para realizar um trabalho que permita aos pais e familiares observar as vantagens desta etapa do ensino, os sindicatos mais vigilantes e organizados e as escolas em geral mais empenhadas em especializar-se e divulgar a importância do trabalho pedagógico desde os primeiros anos de vida. Com este estudo foi possível perceber que estes fatores elevam o padrão da Educação Infantil como nível de ensino e possibilitam aos professores consolidar sua identidade profissional enquanto agentes promotores de educação e desenvolvimento infantil, no âmbito escolar, especialmente em nível profissional.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e KRAMER, Sonia. O Rei está Nu. In: akramer, SÔNIA E Souza, Solange Jobim. **Educação ou tutela?** São Paulo: Loyola, 1991.

ANDRÉ, Marli Afonso. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 45, p. 66-71, maio 1983.

BRASIL. MEC/CNE. **Parecer 009/2002 e Resolução CNE/CP 01/2002**, que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em cursos de nível superior. Brasília, 2002.

BRASIL. MEC/SEF. **Referenciais para Formação de Professores**. Brasília, dezembro de 1998.

CAMPOS, Maria Malta. Fúlvia Rosemberg, Isabel M. Ferreira. **Creches e Pré Escolas no Brasil** - 2º ed. São Paulo, Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1995.

CASTRO, Lucia Rabello de. **O Lugar da Infância na Modernidade**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p.307-335, 1996.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

\_\_\_\_\_. Mudanças sociais e função docente. In: **Profissão professor**. Porto. Portugal, Porto Editora, 1995.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora**: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FONSECA, João Pedro. **Educação Básica**: Políticas, Legislação e Gestão - Leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. Vários Autores.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 20º edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HOUSSAYE, Jean; SOËTARD, Michel; HAMELINE, Daniel; FABRE, Michel. **Manifesto a favor dos pedagogos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional** – Formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2000.

JESUS, Saul Neves. **Professor sem stress**: Realização e bem-estar docente. Porto Alegre: Mediação, 2007.



KISHIMOTO, T.M. Encontros e desencontros em educação infantil. In: MACHADO, M. L. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 107-116.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

KUHLMANN, M. **Educando a Infância Brasileira**. In LOPES, E. M. T. , FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. G. (org). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Infância e Educação Infantil** - uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MOSQUERA, Juan. **O professor como pessoa**. Porto Alegre, Sulina, 1978.

OLIVEIRA, Zilma Rams de Oliveira. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. O desenvolvimento Profissional das Educadoras de Infância: entre os saberes e os afetos, entre a sala e o mundo. In: \_\_\_\_\_; KISHIMOTO, T. M. (Orgs.) **Formação em Contexto: uma estratégia de integração**. São Paulo: Pioneira, 2002a, p. 41- 88.

OSTETTO, L. E. **Articular saberes, qualificar práticas: contribuições da Universidade à formação dos profissionais de Educação Infantil**. Perspectiva, Florianópolis, v. 15, nº 28, p.11-20, jul/dez. 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PRADO FILHO, K. (1992). **Escolha profissional e atualidade do mercado de trabalho**. Em: D. H. P. S. Lucchiari (Org.), *Pensando e vivendo a orientação profissional* (pp.109-116). São Paulo: Summus.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 3º Ed.

ROLAND, Solange. **Educação Inclusiva e Formação de Professores: Conjugando Saberes**. 2008. 36 f. Monografia (Especialização em Educação Inclusiva)– Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

**SITES CONSULTADOS:**

<http://www.lo.unisal.br/nova/nap2007/arquivos/habilidadeecompetencia.ppt>,  
acessado em 20/09/2010.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm), acessado  
em 07/09/2010.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm), acessado em 07/09/2010.

[www.fnde.gov.br/index/php/...planonacionaleducacao/download](http://www.fnde.gov.br/index/php/...planonacionaleducacao/download), acessado em  
07/09/2010.

<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-1779--Int.pdf>,  
acessado em 06/09/2010.

[www.asbrei.org.br](http://www.asbrei.org.br) - acessado em 07/09/2010.

## APÊNDICES

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Pesquisa: A Formação e Prática Docente na Educação Infantil

Acadêmica: Juliana Azevedo Gomes

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Cecília Broilo

**Atenção**

Os dados retirados deste questionário serão utilizados apenas para fins científicos. Lembramos que suas respostas serão trabalhadas junto com as respostas de outras professoras de Educação infantil e em nenhum momento seu questionário será identificado. É importante que você responda a todas as perguntas, caso falte espaço para sua escrita, use o verso da folha.

Agradecemos muito a sua participação!

A) Dados Gerais e Formação:

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. O que a levou optar pelo magistério?
3. Você cursou magistério? Se não, o que cursou?
4. Estuda atualmente? Se sim, em qual curso?

B) Concepções

5. Você acredita que as teorias ministradas na universidade sejam importantes para o exercício de sua função?
6. Você escolheu trabalhar com Educação Infantil? Por quê?
7. Para você, quais as características indispensáveis que um Educador Infantil deve ter?

C) Atuação

8. Você atua em uma instituição: ( ) Pública ( ) Privada
9. Você sente-se valorizada no seu trabalho? De que forma?
10. Existem fatores que desestimulam sua prática? Quais são eles?